

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO



**DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO:
UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ARGENTINA E NO BRASIL
DE 2001 A 2011**

Autora: Mel Bleil Gallo

Brasília – Distrito Federal
Dezembro, 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

**DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO:
UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA
DE 2001 A 2011**

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília, como parte dos requisitos
para obtenção do grau de bacharel em Comunicação
Social, com habilitação em Jornalismo.

Orientador: Professor Doutor Pedro David Russi Duarte

Autora: Mel Bleil Gallo

Brasília – Distrito Federal
Dezembro, 2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

**DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO:
UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA
DE 2001 A 2011**

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação da
Universidade de Brasília, como parte dos requisitos
para obtenção do grau de bacharel em Comunicação
Social, com habilitação em Jornalismo.

Banca Examinadora:

Professor Doutor Pedro David Russi Duarte – Orientador
Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília

Professor Doutor Fernando Oliveira Paulino – Membro da Banca
Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília

Professor Doutor Marcelo Carvalho Rosa – Membro da Banca
Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília

Autora: Mel Bleil Gallo

Brasília – Distrito Federal
Dezembro, 2011

Dedico

Às minhas avós,
Conceição, Erna, Kelé, Leda e Lindaura.
Mulheres revolucionárias,
que me inspiram a lembrar,
aprender,
amar,
ensinar
e viver.

Às minhas irmãs,
Maíra, Clara – e Tatá,
que me fazem ser.

A todas e todos
que fazem da luta
e dos sonhos
café da manhã, almoço e jantar.

AGRADECIMENTOS

*“Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él, las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano
Y luz alumbrando la ruta
del alma del que estoy amando.”*

Violeta Parra

Obrigada às minhas mães e ao meu pai, pelo amor incondicional. À toda minha família, que me ensina a amar e a viver por um mundo melhor.

À vida nômade que me levou ao Rio de Janeiro, a Belém, a Villejuif e me trouxe a Brasília. Que continue me levando mundo afora, sem fronteiras, com sotaques, cores e histórias sempre novas e apaixonantes. À Iemanjá, Xangô, Nossa Senhora de Nazaré, Sol, Lua, Tsurus e Fada Madrinha que sempre me acompanham.

À Nira, à Bena e à Dadá, empregadas domésticas e babás, que dedicaram suas vidas para que mulheres como eu, minhas mães, minhas tias e minhas avós pudéssemos estudar. Um dia seremos todas livres!

À amiga Júlia Bastos Borges e ao amigo Daniel Monte Cardoso, com quem levantei minhas primeiras bandeiras. Às amigas Mary Anne Velasco, Marrie Juszczak, Makaya Mbembi e Camila Leão, por provarem que as fronteiras entre Filipinas, França, Angola, Belém e Brasília são apenas fictícias. Ao amigo Roberto Hundertmark, por me acolher em terras porteñas, com carinho e farofa brasileira.

Às companheiras de lar e vida, Lara Ovídio, Lelê Tótoli e Thainá Margalho, por me aceitarem e compartilharem comigo a beleza e a dureza de uma rotina coletiva.

Às companheiras e companheiros de militância no Centro Acadêmico de Comunicação Social da UnB, no Coletivo Enecos – DF e no Diretório Central d@S Estudantes Honestino Guimarães. Nos projetos de extensão SOS Imprensa,

Comunicação Comunitária, bem como no Movimento Extensionista da UnB. Nas ocupações da Reitoria da UnB de 2008 e da Câmara Legislativa do DF de 2010. Na Comissão Pró-Conferência de Comunicação do DF, no coletivo feminista da Marcha das Vadias e na resistência no Santuário dos Pajés. Amanhã vai ser maior, pois junt@s somos mais e o poder do povo vai fazer um mundo novo!

A todas as mestras e mestres que me acompanharam e sempre acompanharão, por escolas hippies, públicas, internacionais, tradicionais, perto de casa ou a muitos ônibus de distância. Nos livros e nas rodas de conversa. Que fazem do ensino, aprendizado. Da sala de aula, um lugar sem muros. Do saber, transformação.

Em especial ao meu orientador, Pedro Russi, por ter despertado tantas inquietações e me guiado na busca por respostas sobre a eterna charada de *como eu penso*. Ao professor Fernando Paulino, grande responsável e inspirador de minha trajetória acadêmica, profissional e sonhadora. Ao Luiz Martino, por levar a UnB a sério. À Dione Moura, por levar a UnB no coração e aos corações.

A Lúcio Flávio Pinto, jornalista e ocupante no latifúndio da comunicação paraense, por ter aceitado meu convite de criança para debater questões mundiais com meus coleguinhas no Colégio Ipiranga. A ele e tantos outros e outras que fazem do jornalismo um instrumento de transformação social.

A Darcy Ribeiro e Agostinho da Silva, fundadores e idealizadores da Universidade de Brasília, tal como ela quase é e deveria ser: espaço de integração, reflexão e indignação que permitiu que as ideias presentes nessa monografia brotassem.

Por fim, a todos e todas aqueles que tremem de indignação diante de uma injustiça, e em vez de resignarem-se aceitam o desafio de sair da zona de conforto para a zona de confronto, com amor: sem vocês, nada disso faria sentido.

RESUMO

O presente trabalho busca aprofundar a compreensão acerca da trajetória, da articulação e do atual cenário dos movimentos sociais pela democratização da comunicação, que levaram à aprovação da Ley de Medios, na Argentina, e à realização da Primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), no Brasil. As análises foram feitas a partir de uma revisão bibliográfica da literatura de política e movimentos sociais, de políticas de comunicação e sobre a história contemporânea da América Latina, da Argentina e do Brasil, especialmente acerca do período de 2001 a 2011. Também foram realizadas entrevistas com atores e atrizes sociais chaves da sociedade civil de ambos os países.

Palavras-chave: Ley de Medios, Confecom, Democratização da Comunicação, Políticas de Comunicação, Movimentos Sociais, América Latina

ABSTRACT

This work aims to better understand the path, the organization and the actual scenario of social movements that fight for the democratization of communication, and which led both to the approval of the *Ley de Medios*, a new media legislation in Argentina, and to the process of the first Nacional Conference on Communication in Brazil (Confecom). The analyses were based on a bibliographic revision of social movements, political communication, and Latin America, Argentina and Brazil contemporary history authors, especially between the years of 2001 and 2011. Also, interviews were made with key actors and actresses from civil society of both countries.

Key words: Ley de Medios, Confecom, democratization of communication, political communication, Social Movements, Latin America

SUMÁRIO

RESUMO – ABSTRACT	7
LISTA DE SIGLAS	9
APRESENTAÇÃO	10
Do Brasil à América Latina	11
METODOLOGIA	14
A) Revisão bibliográfica	14
B) Entrevistas e ida a campo	17
1 – AMÉRICA LATINA: TRAJETÓRIA E HORIZONTES COMPARTILHADOS	20
1.1 Histórico de fragmentação	22
1.2 Um horizonte comum para a comunicação?	25
1.3 Argentina e Brasil	30
2 – O PROTAGONISMO ARGENTINO: DA SOCIEDADE CIVIL AO GOVERNO	31
2.1 O protagonismo da sociedade civil argentina	32
2.2 A mídia e os movimentos sociais	35
2.3 Kirchners compram a briga: superação da ditadura, “Papel Prensa” e “Fútbol Para Todos”	36
2.4 Coalisão por uma radiodifusão democrática	40
2.5 Ley de Medios: da aprovação à aplicação	43
3 – BRASIL E A LUTA POR UM ESPAÇO DE DEBATE	47
3.1 Redemocratização brasileira: a origem de um movimento pela democratização da comunicação	49
3.2 Ano 2001: Rearticulação do FNDC e o Direito Humano à Comunicação	51
3.3 Governo Lula: expectativas e frustrações dos movimentos sociais	52
3.4 O debate da comunicação no Governo Lula	54
3.5 O laboratório da Confecom.....	57
CONCLUSÃO	63
BIBLIOGRAFIA.....	68
ANEXO – Roteiro de Entrevistas	74

LISTA DE SIGLAS

Abert – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

Abra - Associação Brasileira de Radiodifusão

Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária

Alba – Alternativa Bolivariana das Américas

Alca – Associação de Livre Comércio das Américas

ANJ - Associação Nacional de Jornais

CNPC – Comissão Nacional Pró-Conferência

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Confecom– Conferência Nacional de Comunicação

Enecos – Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação

Farco – Foro Argentino de Rádios Comunitárias

FNDC – Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação

Mercosul – Mercado Comum do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

Unasul – União de Nações Sul-Americanas

APRESENTAÇÃO

*“Dicen que no hay opciones, que no hay alternativas
Vamos, no seamos cagones, si cambiar la historia es cuestión
de voluntades colectivas vivas y no vidas pasivas.*

*¡En pleno romance con nuestras penas
rompamos las cadenas, bajemos los escudos!”*

Actitud Maria Marta

O que leva as pessoas a se mobilizarem? O que toca mulheres e homens no coração, na mente, na alma e garante disposição para madrugar, ocupar estradas, enfrentar exércitos, milícias, sol ardente e indiferença? Para trocar almoços em família, jantares com os amigos e encontros românticos por assembleias, reuniões e espaços horizontais de diálogo e construção coletiva? Que será que nos faz seguir, contra tudo e contra todas e todos que não se cansam de alertar que essa história não leva ninguém a lugar nenhum - a não ser que você seja um alpinista político, em busca de algum cargo de prestígio – e que faríamos muito melhor em seguir adiante, estudando para algum concurso público ou seleção de *trainee*.

O conhecido desejo de mudar o mundo exerce diferentes impactos sobre as pessoas. Há quem diga que é uma fase, coisa da juventude. Às vezes parece que essa vontade chega com mais força em certos países, etnias, raças, gêneros e grupos sociais. Às vezes parece que é inútil lutar. E, ainda que seja difícil determinar academicamente o que faz cada um e cada uma se movimentar para transformar o mundo, o que nos faz seguir em frente é a certeza de que mais fortes são os poderes do povo.

Esta monografia não é imparcial. Não é apolítica. Não é apática. Nenhum estudo é. Ela parte da vivência acadêmica e social de uma mulher que, ao longo da graduação em Comunicação Social, na habilitação de Jornalismo, na Universidade de Brasília, buscou aprender e aproveitar este aprendizado para construir a transformação em nossa cidade, país, continente e no mundo. Para tanto, a inspiração e colaboração de professoras, professores, técnicos-administrativos, técnicas-administrativas, companheiras e companheiros estudantes e das pessoas, todas elas, foi sempre fundamental.

Ao reconhecer o local de fala deste estudo, procuro ser intelectualmente sincera. Nas próximas páginas, especificarei os referenciais teóricos, a metodologia, os desafios, problemas, acertos e expectativas na realização desta pesquisa, que busca ser mais uma peça do quebra-cabeça na história do Brasil, da Argentina e da América Latina.

Do Brasil à América Latina

De acordo com Juan Diaz Bordenave¹, “uma pessoa só conhece bem algo quando o transforma, transformando-se ela também no processo” (BORDENAVE, 1998: 10). Inspirada por essa premissa pedagógica, optei por adotar como objeto de estudo os movimentos sociais que se dedicam à pauta da democratização da comunicação².

A partir da oportunidade de entrar em contato com os projetos de extensão universitária SOS Imprensa e Comunicação Comunitária da UnB; da militância no Centro Acadêmico de Comunicação Social da UnB, na Executiva Nacional d@s Estudantes de Comunicação Social (Enecos) e no Diretório Central d@s Estudantes da UnB – Honestino Guimarães; e da participação em coletivos feministas, onde o debate da mulher da mídia está invariavelmente presente, e nos variados espaços de construção coletiva do Distrito Federal, onde a criminalização dos movimentos sociais e a necessidade de transformar a comunicação no Brasil e no mundo é vivida diariamente, pude começar a conhecer e acredito ter colaborado minimamente nessa transformação. Torná-la meu objeto de estudo constitui um passo a mais nesse processo.

¹ Juan Diaz Bordenave é um dos autores da chamada “pedagogia problematizadora”, cuja base é o “é o reconhecimento de que a educação acontece no seio da realidade, de uma determinada realidade física, psicológica ou social. (...) A educação então é conceituada como a transformação da pessoa, enquanto ela, junto com seu grupo, tenta transformar a realidade” (BORDENAVE, 1998).

² Os conceitos de movimento social e democratização da comunicação serão aprofundados e problematizados no tópico seguinte.

Já a escolha da nossa vizinha Argentina se deu principalmente pela necessidade de conhecer, objetivamente, algo que apenas instintivamente sentia próximo. Minha primeira oportunidade de conhecer outro país da América Latina se deu em 2009, quando participei de um congresso de Comunicação e Direitos Humanos³, no México. A força da presença indígena, o fluir castelhano e a distância entre uma brasileira e nossos hermanos e hermanas me chocou. Como era possível me sentir mais próxima de uma cultura europeia e estadunidense, do que daqueles que viveram e vivem nossa mesma história? De onde vinham tantos olhares de desconfiança? Como foi que o Brasil se tornou esse continente à parte?

Essas são algumas das motivações que me levaram à elaboração do primeiro capítulo desta monografia: uma tentativa de contextualizar o cenário do Brasil, da Argentina e de qualquer outro país latino-americano a partir de um histórico de exploração e superação com as mesmas raízes, as mesmas veias abertas. Para isso, foram fundamentais as visitas literárias, cinematográficas e musicais a Eduardo Galeano, Alberto Methol Ferré, Boaventura de Sousa Santos, Milton Santos, Dênis de Moraes, Silvio Tendler, Fernando “Pino” Solanas, Isabel Allende, Mercedes Sosa, Pablo Neruda, Jorge Luis Borges, Mario Benedetti, Miguel Cervantes, Chico Buarque, GOG, Ellen Oléria, Novos Baianos, Actitud Maria Marta e tantas outras inspirações.

Começar por uma análise mais aprofundada a partir da Argentina me pareceu o caminho mais seguro. É possível perceber, ao longo do segundo e do terceiro capítulo, que dentro da imensa diversidade que representa o continente latino-americano, na Argentina são identificadas uma série de semelhanças e proximidades com o contexto brasileiro, que permitem inclusive ajudar a compreender as diferenças. Entre elas estão: governos populistas nas décadas de 1940 e 1950; regimes militares nos anos 1960 e 1970; crises econômicas entre 1991 e 2001; movimentos sociais nacionais com práticas de ocupação de terras e

³ Na ocasião apresentei o artigo “Comunicação Comunitária para a Saúde: Metodologias de Avaliação”, em co-autoria com Fernando Oliveira Paulino, Leyberson Pedrosa e Juliana Soares Mendes, pelo Projeto de Extensão Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília, no Congresso da International Association for Media and Communication Research (IAMCR).

estradas⁴; posições de liderança no atual ranking econômico mundial⁵; uma paixão nacional pelo futebol e atuais governos progressistas – reeleitos por três vezes consecutivas de 2002 a 2011⁶.

Ademais, em ambos os países, os anos 2000 foram marcados por um crescimento do debate acerca das políticas de comunicação entre sociedade civil⁷, poder público e empresários. É justamente este o foco do presente trabalho: analisar as mobilizações que levaram à elaboração e aprovação da Lei de Comunicação e Serviços Audiovisuais da Argentina (26.522/09), a *Ley de Medios*; e, no Brasil, à convocatória e realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

Essa análise não tem um viés utilitarista, no sentido de observar os distintos processos e tentar extrair fórmulas externas para aplicá-las a um contexto específico. A partir da inquietação sobre aquilo que leva as pessoas a se mobilizarem, antes de mais nada o propósito desta monografia é dar visibilidade aos elementos, dilemas e lutas que unem o Brasil e a Argentina a um só continente, à América Latina. O ponto de partida são os movimentos pela democratização da comunicação de cada país, com suas peculiaridades e semelhanças. Ao final, fica evidente que a compreensão da comunicação como um direito humano permeia ambas as trajetórias.

⁴ A exemplo dos piqueteros, na Argentina, e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no Brasil.

⁵ De acordo com ranking apresentado pela revista estadunidense *The Economist*, o Brasil é a primeira economia mais importante da América do Sul, seguido da Argentina. No mundo, em 2010, o Brasil ocupou a 8ª posição e a Argentina, a 28ª.

⁶ No Brasil: Lula da Silva (2002 e 2006) e Dilma Rouseff (2010); na Argentina: Néstor Kirchner (2003) e Cristina Kirchner (2007 e 2011).

⁷ Este conceito também será problematizado no tópico seguinte.

METODOLOGIA

*“Mira como mucha gente reclama querer un cambio en lo teórico
Y se van al mazo cuando tiene que jugársela en lo práctico
Veo como la hipocresía es el reflejo de nosotros”*

Actitud Maria Marta

A) Revisão bibliográfica

Inicialmente foi estudada uma bibliografia básica referente à história social e política contemporânea da América Latina (GALEANO, 2005; FERRE, 2006; SOUSA SANTOS, 2007 e 2008), do Brasil (SODRÉ, 1999) e da Argentina (NOVARO, 2010; SVAMPA, 2009). Referências documentais cinematográficas também foram consultadas (ESCOBAR e FINVARB, 2007; KLEIN e LEWIS, 2004; SOLANAS, 2004; TENDLER, 2007).

Em seguida, foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura de política e movimentos sociais. Para maior compreensão do próprio conceito de movimento social, foi incorporada a contribuição de Alberto Melucci⁸, que os compreende como um conjunto de atores complexos, plurais, heterogêneos e repletos de conflitos internos (MELUCCI, 1996), definidos por “uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (MELUCCI, 1989: 57). É Ricardo Fabrino Mendonça quem complementa essa definição, ao adicionar a comunicação como elemento de união aos movimentos: “a comunicação não unifica subjetividades, mas possibilita o surgimento de uma intersubjetividade fundante que é essencial para a emergência de identidades coletivas” (MENDONÇA, 2011: 21).

Além de estudar a identidade dos movimentos sociais, a partir de Melucci, fez-se necessária também uma revisão do conceito de oportunidade política desenvolvido por Sidney Tarrow. De acordo com o autor, mudanças nas oportunidades e restrições políticas influenciam diretamente na possibilidade de transformar um sentimento de indignação em ação e confronto, gerando

⁸ Vale a pena ressaltar que o recorte feito por Melucci se dá a partir do estudo dos chamados “novos movimentos sociais”, que surgem no contexto pós-revolução industrial, com a complexificação da sociedade, uma perda de centralidade do conflito da luta de classes.

mobilização. “O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidades para usá-los” (TARROW, 2009: 99).

Na literatura de políticas de comunicação, os movimentos sociais aparecem como “os atores que reagem à burocratização, propondo a defesa das formas de solidariedade ameaçadas pela racionalização sistêmica” (HAJE, 2007: 134).

Os movimentos sociais são, hoje em dia, um dos principais responsáveis por captar os problemas sociais que ressoam nas esferas privadas e transformá-los em questões de interesse geral na esfera pública política. Além disso, têm o papel de ampliar o próprio espectro do político, ao incorporar novos temas na agenda política. Uma sociedade civil forte cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas; uma sociedade civil fraca, por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. (HAJE, 2007: 134)

Nessa linha de raciocínio, Lara Haje apresenta a sociedade civil como conjunto de atores que assumiriam “a forma de esferas públicas⁹ mais ou menos especializadas”, que abrangem novas formas de ativismo como “novas movimentos sociais ligados a questões de gênero, raça, ecologia, paz, sexualidade etc. A solidariedade passa a ter, em grande parte, uma base cultural” (HAJE, 2007: 134).

Ao aplicar essas teorias aos movimentos sociais pela democratização da comunicação, é importante delimitar o significado de dois outros conceitos-chave: antes de mais nada, o que se entende como “democratização da comunicação” em si; e a partir de qual compreensão de “sociedade civil” esse estudo parte, para analisá-la como segmento-chave na conjuntura social especificada.

A luta pela “democratização da comunicação” é compreendida, neste estudo, como a busca por medidas que visam (1) combater o oligopólio e/ou monopólio das propriedades dos meios de comunicação; (2) proporcionar o aumento do número e da variedade de emissores e emissoras, com a participação de entidades populares; e (3) promover o acesso irrestrito às novas tecnologias e

⁹ A noção de esfera pública trabalhada por Haje parte de uma concepção habermasiana do termo.

suportes. Essa busca está inserida dentro da consolidação da “noção do acesso à comunicação como direito humano” (PERUZZO, 2006: 6).

Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania. (PERUZZO, 2006: 10)

O conceito de sociedade civil, por sua vez, está diretamente ligado ao de democratização da comunicação, como é possível observar na análise histórica de Néstor Busso, presidente do Foro Argentino de Radios Comunitarias (Farco):

Una de las diferencias significativas que aparecen en los años noventa en la lucha mundial por la democratización de las comunicaciones, es la emergencia de la sociedad civil como actor social y político que, articulada a partir de foros, redes y diversos espacios colectivos, tomaría la posta de los Estados del anteriormente denominado “Tercer Mundo” con posterioridad a la caída del Muro de Berlín. Las nuevas tecnologías de la información y la comunicación serían canales de intercambio y socialización por parte de estos nuevos actores, que harían uso de ellas en un sentido liberador.” (BUSSO, 2010: 26)

Apesar de parecer um conceito dado e óbvio para a maioria dos movimentos sociais estudados nessa monografia, é importante compreender o conceito de sociedade civil adotado. De acordo com a definição de Norberto Bobbio,

Sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impõem à conquista do poder político. (BOBBIO, 1992: 1210)

Murilo César Ramos busca aprofundar esse conceito, a partir da análise de Carlos Nelson Coutinho:

A sociedade civil tem, por um lado, uma função social própria: a de garantir (ou de contestar) a legitimidade de uma formação social e de seu Estado, os quais não têm mais legitimidade em si mesmos, carecendo do consenso da sociedade civil para se legitimarem. E, por outro lado, que ela tem uma materialidade social própria: apresenta-se como um conjunto de organismos ou de objetivações sociais, diferentes tanto das objetivações da esfera econômica, quanto das objetivações do Estado *strictu sensu*. Digamos que, entre o Estado que diz representar o interesse público e os indivíduos atomizados no mundo da produção, surge uma esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em

luta ou em aliança entre si. Essa esfera intermediária é precisamente a sociedade civil, o campo dos aparelhos privados de hegemonia, o espaço da luta pelo consenso, pela direção político-ideológica. (COUTINHO, 2000: 10, *apud* RAMOS, 2007: 36)

Desta forma, a compreensão adotada neste estudo é da sociedade civil não apenas como um campo de oposição a uma sociedade militar (RAMOS, 2007: 23), mas especialmente de concentração de forças paralela ao Estado e ao mercado, que engloba as mais diversas formas de movimentos sociais, como estudantil, sindical, do terceiro setor, ambientalista, feminista, negro, indígena, em defesa da terra, do direito à cidade e pela democratização da comunicação, entre outros.

Também foram consultadas bibliografias específicas para análise da trajetória dos movimentos sociais na área da comunicação no Brasil (BOLAÑO, 2007), na Argentina (BECERRA, MASTRINI, 2010; BUSSO, JAIMES, 2011; MOCHKOFISKY; 2011) e, de forma mais ampla, na América Latina (MORAES, 2009; MOREIRA GOMES, 2011, RUIZ, 2007). Além disso, foram utilizados artigos e reportagens relacionados (BRANT, 2007; CASTRO, 2008; LIMA, 2009; MATSUURA, 2008).

B) Entrevistas e ida a campo

Por fim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas¹⁰ com significativas lideranças dos movimentos no Brasil e na Argentina. No Brasil foram entrevistados Cecília Bizerra, da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação, Jonas Valente, militante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação e integrante da Comissão Organizadora da I Confecom e José Sóter, presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) e integrante da Comissão Organizadora da I Confecom.

Em visita à Argentina, foram entrevistados Damián Loretti, professor e ex-diretor do curso de Ciências da Comunicação da Universidad de Buenos Aires (UBA), integrante da Coalizão por uma Radiodifusão Democrática e um dos redatores do projeto da *Ley de Medios* e Rodrigo Tornero, diretor da rádio

¹⁰ O roteiro original está disponível em anexo.

comunitária La Tribu de Buenos Aires e integrante da Coalizão por uma Radiodifusão Democrática.

O contato direto com a entrevistada e os entrevistados permitiu uma compreensão mais subjetiva de fatos às vezes apresentados como verdades absolutas em textos e relatos de terceiros. No entanto, eles representam apenas um recorte em meio à variedade de entidades, atores e atrizes sociais que estiveram e seguem envolvidos com o movimento pela democratização da comunicação. Seria interessante, em estudos futuros, ampliar o leque de entrevistas não apenas para os outros movimentos da comunicação, mas inclusive para aqueles que relacionam a temática da comunicação aos debates de gênero, raça, infância, psicologia, direitos trabalhistas, mobilidade urbana, direito à terra e outros.

Em conversas mais informais, também foram trazidas contribuições fundamentais acerca da temática por Marcelo Garabedián, historiador e cientista político da UBA, Maria Isabel, professora de Letras e frequentadora assídua da Livraria El Ateneo, Jorge Quiroga, estudante de Comunicação da UBA, mobilizador do Encuentro Latinoamericano de Comunicación, no Uruguai, e militante do coletivo El Mate, além de muitos taxistas, garçons dos Cafés, vendedores das bancas de revista e dos quiosques de flores nas ruas.

A partir de um olhar externo, muitas vezes a mobilização por uma mudança no marco regulatório da comunicação na Argentina parecia “superar” a brasileira, além de se destacar no contexto latino-americano como um todo. De alguma forma, o debate da comunicação neste país parecia haver adquirido um grau de *quotidianização*, para além dos atores e atrizes já envolvidos com a temática. Que havia de real nessa sensação? Que papel haviam representado elementos como o futebol, a crise de 2001 e a briga aberta entre o governo e os principais meios de comunicação nacionais? Uma ida a campo se fazia necessária para verificar essa realidade.

Ao entrevistar o professor Damián Loretti, um dos redatores do projeto da *Ley de Medios*, lhe falei da visão extremamente positiva que tínhamos de fora sobre o processo de mobilização na Argentina, especialmente quando comparado ao processo brasileiro. Perguntei-lhe se essa visão era justificada. Sua resposta foi simples e muito reveladora:

“Si, porque ganhamos. Yo estubo en la Confecom, en 2009. Yo vi en un congreso seis mil tipos hablando de comunicación y me pareció un delirio. Cuando yo muestro las fotos de lo que fueron las movilizaciones para reclamar la aplicación de la ley en Argentina, nadie me lo cree. Pero digo: esto pasó en Argentina. Si fuera en Argentina, yo no podría creer en seis mil personas discutiendo comunicación, con ocho mil propuestas.”

A partir daí ficou evidente a contribuição que teria a inserção desse olhar externo sobre minha pesquisa. Poder conhecer com meus próprios olhos e ouvidos o contexto argentino, foi fundamental para a superação de mitos, um entendimento mais realista do que foi o processo estudado e, até mesmo, uma valorização dos processos brasileiros. Tomar um *mate* na *Plaza de Mayo*; presenciar manifestações sociais pelas ruas e esquinas descritas em livros e filmes; observar a arquitetura da capital porteña, tão distinta da brasiliense, tão mais convidativa às intervenções urbanas; usar o transporte coletivo; assistir à televisão local; escutar as rádios comunitárias, comerciais e públicas; folhear os inúmeros exemplares de livros sobre a história, a política e o jornalismo na Argentina, disponíveis nas prateleiras de mais vendidos em sebos e grandes livrarias; visitar a Universidad de Buenos Aires, ler os muitos cartazes do movimento estudantil e conversar com militantes locais, estudantes ou professores: tudo isso foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Por fim, optou-se por não traduzir do espanhol ao português os trechos citados e as entrevistas realizadas, com o intuito de provocar o contato lusófono com o castelhano. Além de evidenciar que as diferenças linguísticas são muito menores do que às vezes imaginamos, é reforçada a necessidade de se incluir o espanhol no dia a dia brasileiro.

CAPÍTULO 1 AMÉRICA LATINA: TRAJETÓRIA E HORIZONTES COMPARTILHADOS

*“Vivimos tantas pasiones
Con el correr de los años
Somos de sangre caliente
Y de sueños postergados
Yo quiero que estemos juntos
Porque debemos cuidarnos
Quien nos lastima no sabe
Que somos todos hermanos.*

*Nada nos regalaron
Hemos pagado muy caro
Quien se equivoca y no aprende
Vuelve a estar equivocado.
Tenemos venas abiertas
Corazones castigados
Somos fervientemente
Latinoamericanos.*

*Y cuando vengan los días
Que nosotros esperamos
Con todas las melodías
Haremos un solo canto.
El cielo será celeste
Los vientos habrán cambiado
Y nacerá un nuevo tiempo
Latinoamericano.”*

Mercedes Sosa¹¹

O debate acerca dos sistemas de comunicação no Brasil e na Argentina apresenta muitas semelhanças. Uma análise histórica, política e social de ambos os países é capaz de apontar diversos fatores que explicam tal proximidade. No entanto, esse fenômeno não se restringe apenas aos dois países vizinhos: uma contextualização mais ampla dentro dos processos de desenvolvimento vivenciados em toda a América Latina permite compreender de maneira mais estrutural as raízes do atual panorama que envolvem em maior ou menor grau as 20 nações latino-americanas.

A alta concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos e famílias, a forte interferência do capital estrangeiro sobre as empresas locais e consequente falta de participação popular na produção, no monitoramento e exibições midiáticas é uma realidade compartilhada por todo o continente, como aponta o professor da Universidade Federal Fluminense Dênis de Moraes.

Entre as famílias que controlam parte expressiva dos meios de comunicação na América Latina estão Marinho, Civita, Frias, Mesquita,

¹¹ Imortalizada na voz da intérprete Mercedes Sosa, a canção “Venas Abiertas” foi composta por Mario Schajris e Leo Sujatovich.

Sirotsky, Saad e Sarney (Brasil), Cisneros e Zuloaga (Venezuela), Noble, Saguier, Mitre, Fontevecchia e Vigil (Argentina), Slim e Azcárraga (México), Edwards, Claro e Mosciatti (Chile), Rivero, Monastérios, Daher e Carrasco (Bolívia), Ardila Lulle e Santos (Colômbia). As diretrizes de regionalização traduziram-se em coleções de aquisições, fusões, repartições acionárias e acordos operacionais. Vários ramos culturais foram desnacionalizados. Grupos norte-americanos, espanhóis, britânicos e alemães engoliram editoras e redes livres. As *majors* dominam as cadeias de distribuição e exibição cinematográficas, com absoluta supremacia de lançamentos de filmes estrangeiros. (MORAES, 2009: 110)

[...] As quatro maiores empresas de mídia e entretenimento da América Latina Globo do Brasil; Televisa do México; Cisneros da Venezuela; Clarín da Argentina) retêm 60% do faturamento total dos mercados e das audiências. Brasil, México e Argentina reúnem mais da metade dos jornais e das emissoras de rádio e televisão e 75% das salas de cinema da região. (RUIZ, 2007 *apud* MORAES, 2009: 112)

As origens desse fenômeno remontam à época do descobrimento, pelas Coroas de Espanha e Portugal: “a América era um negócio europeu” (GALEANO, 2005: 42). Desde o início ficou evidente a diferença entre os processos de exploração das colônias inglesas, ao norte, e das espanholas e portuguesas, ao sul. “Enquanto o Norte da América crescia, desenvolvendo-se para dentro de suas fronteiras em expansão, o Sul, desenvolvido para fora, explodia em pedaços como uma granada” (GALEANO, 2005: 336).

A abundância de matérias-primas em minérios, madeiras e alimentos não se refletiu em riquezas econômicas para a região. “A cidade que mais deu ao mundo e a que menos tem”, escutou Galeano de uma senhora da cidade de Potosí, na Bolívia (GALEANO, 2005: 51). Destino também vivenciado pelo Haiti que, no auge da exploração da cana de açúcar, chegou a receber 40 mil escravos por ano. “O país nasceu em ruínas e não se recuperou jamais: hoje é o mais pobre da América Latina” (GALEANO, 2005: 91, 92).

“A cultura da pobreza, a economia de subsistência e a letargia são os preços que cobra, no transcurso dos anos, o impulso produtivo original” (GALEANO, 2005: 85). Observa-se hoje não apenas uma desigualdade entre os hemisférios, mas principalmente sociedades com índices internos de concentração de renda extremos. Seja no Brasil, onde a “abundância e a prosperidade eram, como de costume, simétricas à miséria da maioria da população, que vivia em estado

crônico de subnutrição” (GALEANO, 2005: 87) ou no México, país no qual “a arquitetura dos edifícios públicos e privados, a finura do enxoval das mulheres, o ar da sociedade, tudo anuncia um extremo esmero que se contrapõe extraordinariamente à nudez, ignorância e rusticidade do populacho” (HUMBOLDT *apud* GALEANO, 2005: 57).

Mesmo os processos de independência e as tentativas de integração regional promovidas tiveram a interferência direta dos interesses das metrópoles, tanto as de origem, quanto as que com o tempo assumiram esse papel, como a Inglaterra e os Estados Unidos da América. “O ingresso da América Latina na órbita britânica, da qual só sairia para se incorporar à órbita norte-americana, se deu no quadro deste panorama geral, e nele se consolidou a dependência dos países novos” (GALEANO, 2005: 234).

1.1) Histórico de fragmentação

“Para nós, a pátria é a América”, proclamou Simón Bolívar sobre a “Gran Colombia”. O observado, no entanto, foi o oposto. “A América do Sul é uma extensão enorme colonizada através de um movimento que funda verdadeiras ilhas urbanas no vazio, ligadas mais com a Espanha e Portugal do que entre si mesmas” (FERRÉ, 2006: 112). Os processos de independência subsequentes reforçaram ainda mais lógica divisionista:

A América Latina foi reagrupada em dois núcleos básicos: o Império Espanhol com os vice-reinados e as capitanias, e o Império Português, com o vice-reinado, depois transformado em Reino do Brasil unido a Portugal. **A independência coincide com o fracionamento da parte espanhola, que começa a se dividir já no ato de formular os protestos de emancipação¹²**, até configurar-se nos vinte países que conhecemos, cujos fragmentos mais importantes são o México, ao norte, e a Argentina, ao sul do continente. (FERRÉ, 2006: 101)

Outro exemplo claro de interferência estrangeira sobre a convivência latino-americana foi a Guerra da Tríplice Aliança, em 1865, na qual Brasil, Argentina e

¹² Grifo meu.

Uruguai – financiados pela Inglaterra¹³ – se juntaram contra o sucesso paraguaio de desenvolvimento e autonomia nacional aliado à justiça social. Além de reforçar mais uma vez a influência do capital externo sobre a política regional, ainda semeou a tendência ao *subimperialismo brasileiro*, como caracteriza Eduardo Galeano, ou à “hegemonia do Brasil sobre a América do Sul”, segundo Methol Ferré¹⁴.

O Paraguai estava objetivamente bloqueado entre Argentina e Brasil, e ambos países podiam negar o oxigênio a seus pulmões, fechando-lhe, como o fizeram Rivadavia e Rosas, as bocas dos rios, ou fixando impostos arbitrários ao trânsito de suas mercadorias. Para seus vizinhos, por outro lado, era uma condição imprescindível, para os fins de consolidação do Estado oligárquico, acabar com o escândalo daquele país odioso que se bastava a si mesmo e não queria se ajoelhar ante os mercadores britânicos. [...] O resultado da Guerra da Tríplice Aliança ganha, transcorrido um século, ardente realidade. [...] **O subimperialismo, ou imperialismo de segundo grau, se expressa de mil maneiras**¹⁵. (GALEANO, 2005: 249, 253)

Percebe-se, desta forma, que a fragmentação interna pós-independência estava e segue amparada em uma ligação político-econômica externa bastante direta, inicialmente à Inglaterra e logo em seguida à América do Norte. “Essa também é a chave que explica a expansão dos Estados Unidos como unidade nacional e o fracionamento da América Latina: nossos centros de produção não estavam conectados entre si, porém formavam um leque com o vértice muito longe” (GALEANO, 2005: 172).

O cenário começou a ser alterado com a chegada de presidentes como Getúlio Vargas, no Brasil, Juan Domingo Perón, na Argentina, e Lázaro Cárdenas, no

¹³ Galeano explica que “embora a Inglaterra não tenha participado diretamente na horrorosa façanha, foram seus mercadores, banqueiros e industriais que se beneficiaram com o crime do Paraguai. A invasão foi financiada, do começo ao fim, pelo Banco de Londres, a casa *Baring Brothers* e banco *Rothschild*, em empréstimos com juros leoninos que hipotecaram o destino dos países vencedores” (GALEANO, 2005: 245).

¹⁴ Ferré identifica três possíveis eixos para a integração latino-americana, dentre elas uma hegemonia negativa do Brasil. “A unificação da América Latina pode obedecer a três tipologias diferentes: a de ser um continente unificado a partir dos interesses dos Estados Unidos; de sê-lo a partir de uma hegemonia do Brasil sobre a América do Sul; ou de unificar-se tendo como centro uma equilibrada integração da área espanhola e portuguesa. No primeiro caso, o continente assumirá o aspecto de um gigantesco Porto Rico; no segundo, assistiremos a um percurso feito de avanços e retrocessos numa luta perpétua entre aspirantes potências continentais”. (FERRÉ, 2006: 105)

¹⁵ Grifo meu.

México, ao poder. Foram líderes carismáticos e populistas, com programas de caráter nacionalista, voltados ao desenvolvimento das indústrias locais, bem como à atribuição de direitos à classe trabalhadora até então ignorada pela legislação.

Se na primeira metade do século XX a ideia de Estado-Nação chega ao apogeu, na segunda começa a modificar-se e **surge no horizonte a ideia inédita de uma América Latina integrada**, enquanto não se forma aquele núcleo fundamental da unificação da América do Sul que, a meu ver, só podia acontecer por meio da aliança argentino-brasileira. Foi esta aliança que pôs em movimento a atual proliferação de acordos na região que teve início em 1991.

A ideia de integração entra no programa de vários partidos, de Haya de la Torre em diante. Acaba por ser uma questão fundamentalmente juvenil, um pouco utópica, e adquire as características de um projeto político efetivo.

Juan Domingo Perón, em 1951, proporá a Getúlio Vargas e a Carlos Ibañez del Campo um novo ABC (partindo das iniciais dos três países interessados: Argentina-Brasil-Chile) concebido como um trampolim para a construção da 'Confederação Sul-Americana', como a denominava o presidente argentino. O centro de aglutinação da América do Sul, no raciocínio de Perón, era a aliança entre Argentina e Brasil. Ao redor deste sólido núcleo poderia realizar-se um acordo mais amplo. (FERRÉ, 2006: 102, 103)

Ainda que o projeto de Vargas e Perón, entre outros, estivesse mais preocupado com o fortalecimento de uma burguesia local do que com a garantia de justiça social de fato, ele ia de encontro aos interesses dos oligopólios estrangeiros em manter o controle sobre as riquezas produzidas na América Latina, por meio da venda de técnicas de fabricação, patentes e equipamentos novos, entre outros.

Os governos de Getúlio Vargas (1930-45 e 1951-54), Lázaro Cárdenas (1934-40) e Juan Domingo Perón (1946-55), de cunho nacionalista e ampla proteção popular, expressaram no Brasil, México e Argentina a necessidade de arranque, desenvolvimento ou consolidação, segundo cada caso e cada período, da indústria nacional. Em realidade, o 'espírito de empresa' da burguesia industrial nos países capitalistas desenvolvidos foi, na América Latina, uma característica do Estado, sobretudo nesses períodos de impulso decisivo. O Estado ocupou o lugar de uma classe social, cuja aparição a História reclama sem muito êxito: encarnou a nação e impôs o acesso político e econômico das massas populares aos benefícios da industrialização. (GALEANO, 2005: 273)

Muito cedo, porém, vieram as respostas à nova perspectiva de desenvolvimento, na qual o fortalecimento nacional e regional eram prioritários e estratégicos frente à dependência até então imposta pela Europa e os Estados Unidos.

Nas condições da América Latina das décadas de 1960 e 1970 não podia haver espaço para ilhas comunistas apoiadas ao bloco soviético. Allende, no Chile, cai por ter insinuado a necessidade de estreitar uma tal aliança. Só podiam desenvolver-se movimentos nacionais populares sem ligação com os partidos comunistas de obediência moscovita. Estabelecer um laço orgânico com eles significava condenar-se a ser liquidado pelos Estados Unidos. (FERRÉ, 2006: 85)

Assim, o que se observa na região, desde os anos 1950, é uma sucessão de golpes militares. Os primeiros têm lugar no Paraguai, de 1954 a 1989, sob o regime do general Alfredo Stroessner, e na Guatemala, de 1954 a 1985, no comando do coronel Carlos Castillo Armas. Situações semelhantes ocorrem no Brasil (1964-1985), no Nicarágua (1967-1979), no Peru (1968-1980), no Panamá (1969-1989), na Bolívia (1971-1985), no Equador (1972-1979), no Chile (1973-1989), no Uruguai (1973-1984) e na Argentina (1866-1973 e, sobretudo, de 1976-1983).

É nas ditaduras militares que origina-se considerável parte das mazelas e dos desafios enfrentados atualmente pela América Latina. No contexto das ditaduras e nos momentos imediatos que as sucederam, a discussão sobre o Marco Regulatório da comunicação de cada país esteve muito presente. Para além da liberdade de expressão, estavam em debate também a entrada de capital estrangeiro nas empresas de comunicação locais e o surgimento de oligopólios (BOLAÑO, 2007; RAMOS, 2007 e MOCHKOFISKY, 2011).

Durante a redemocratização, do final dos anos 1970 ao longo da década de 1980, a discussão se intensificou ainda mais. Tanto por parte dos movimentos sociais da sociedade civil, como pelos grupos empresariais e do governo (BOLAÑO, 2007: 19).

1.2) Um horizonte comum para a comunicação?

Hoje, o debate da comunicação segue presente na América Latina, ainda que em graus diferenciados em cada país. Ele faz parte de uma série de questões públicas que passaram a ser abordadas mais intensamente por um grupo significativo de governos caracterizados como “progressistas”, conduzidos ao poder desde o fim

da década de 1990 e o início dos anos 2000, como contextualiza Dênis de Moraes, dentro do que o autor identifica como *pós-neoliberalismo*:

Nos últimos anos, o cenário da América Latina começou a modificar-se com as vitórias de presidentes que pregaram nas campanhas eleitorais transformações sociais, econômicas, políticas e culturais: Hugo Chávez na Venezuela (1998), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003 e 2007), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006) e Fernando Lugo no Paraguai (2008)¹⁶.

As mudanças vieram no bojo de mobilizações e revoltas no México, na Bolívia, no Equador e na Argentina contra a degradação da vida social no continente durante décadas de hegemonia neoliberal. O marco inicial do processo de lutas contra-hegemônicas foi a insurreição da guerrilha zapatista em Chiapas, sul do México, em 1994, meses depois da assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). (MORAES, 2009: 99)

De acordo com Methol Ferré, esse processo está inserido na segunda onda de integração latino-americana:

Por aquilo que se refere ao passado recente, existem duas principais ondas de integração. A primeira remonta à década de 1960 e se estende até o início de 1970. A segunda etapa ganha força por volta de 1985 e chega até os nossos dias, com a consolidação do Mercosul e o surgimento da “Comunidade Sul-Americana das Nações”.

O fruto mais amadurecido da primeira onda pode ser considerada a fundação da Alalc¹⁷, em 1960, que abrangeu a maior parte da América Latina, seguida – naquele mesmo ano – pela formação do Mercado Comum entre os pequenos países da América Central. [...] [A segunda onda] começa em 1985 por iniciativa argentino-brasileira de dar vida ao Mercado Comum do Sul. Depois – é útil observar – o outro pólo da América institui o Nafta, com os Estados Unidos, México e Canadá”. (FERRÉ, 2006: 107, 108)

Moraes atribui a chegada desses governos progressistas ao poder a cinco fatores principais: (1) “o inconformismo com os danos sociais provocados por políticas

¹⁶ Dentro deste panorama é necessário observar algumas atualizações, desde 2009. No campo progressista é importante citar a eleição de José Mujica, candidato de Vázquez, no Uruguai em 2009; da candidata de Lula no Brasil, Dilma Roussef, em 2010; a reeleição de Cristina Kirchner, na Argentina, em 2011; a chegada de Ollanta Humala à presidência do Peru, em 2011 assim como a vitória do candidato de centro-direita e oposição à Bachelet, Sebastián Piñera, em 2010, no Chile.

¹⁷ Nota presente no texto original: “A Associação Latino-Americana de Livre Comércio foi criada com o Tratado de Montevideu de 18 de fevereiro de 1960. Foi assinado por Argentina, Brasil, México, Paraguai, Peru e Uruguai; num segundo momento, aderiram a ele Colômbia (1961), Equador (1962), Venezuela (1966) e por fim a Bolívia, em 1967. O objetivo principal [da Alalc] deveria ser a eliminação dos impostos nacionais para as importações por um período de 12 anos, a partir de 1960. Quando ficou evidente que o objetivo não podia ser alcançado, ratificou-se um novo tratado, que deu origem à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), que substituiu a Alalc em 1980” (FERRÉ, 2006: 107).

econômicas submissas ao Congresso de Washington e ao capital financeiro internacional, que aprofundaram dramaticamente a concentração de renda e o desemprego; desnacionalizaram e privatizaram setores estratégicos; enfraqueceram o papel do Estado na promoção de políticas sociais e cortaram direitos trabalhistas e previdenciários”; (2) “à incompetência e à insensibilidade das elites latino-americanas na condução de políticas econômicas”; (3) ao “fortalecimento e [à] visibilidade de movimento reivindicantes que, em fins dos anos 1990 e no começo da década de 2000, assumiram as lutas pela terra, pela água, pelo fim da dívida externa e das discriminações raciais e sexuais, pela identidade cultural e por uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada”; (4) ao “isolamento da política externa belicista de George W. Bush”; e (5) à “rearticulação dos movimentos indígenas na zona andina (Equador e Bolívia) e nas áreas maias (América Central e México)” (MORAES, 2009: 100, 101).

No entanto, o autor divide os atuais governos progressistas em dois grupos, “distintos entre si em função dos condicionantes socioeconômicos de cada país e de clivagens políticas que incidem na práxis governamental” (MORAES, 2009: 103). De um lado, estariam as nações ligadas à Alternativa Bolivariana das Américas (Alba): Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica e Honduras em oposição à Aliança de Livre Comércio das Américas (Alca), liderada pelos Estados Unidos.

De outro, estariam governos que oscilam “entre a defesa da inclusão social e políticas econômicas que, com variações, acatam as razões dos mercados e postergam a reversão estrutural da pobreza”, como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai¹⁸ (MORAES, 2009: 105, 108).

Essa divisão não se sustenta, no entanto, na própria análise feita pelo autor, no que diz respeito às políticas de comunicação. Apesar de estarem classificados no segundo bloco, os governos de Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina, foram incisivos no debate da radiodifusão até a aprovação da conhecida *Ley de*

¹⁸ A classificação de Moraes se dá a partir das análises de Boaventura de Sousa Santos (2007) e Michael Löwy (2007).

*Medios*¹⁹. Já o governo brasileiro tem tido, de fato, uma atuação bastante tímida no combate aos oligopólios midiáticos e pela democratização da comunicação.

É possível observar, inclusive, uma tendência comum de atuação na comunicação por parte de todos os governos classificados por Moraes como progressistas, que envolve as seguintes pautas:

- a) reorganização da comunicação estatal;
- b) novos canais de televisão nos âmbitos estatal ou público (como Telesur e Vive TV, na Venezuela, e Encuentro, na Argentina);
- c) leis que restrinjam a concentração e assegurem maior controle público sobre empresas concessionárias de rádio e televisão;
- d) apoios a mídias alternativas e comunitárias;
- e) fomento à produção cultural independente;
- f) leis que protejam e estimulem a indústria audiovisual nacional, programas regionais de coprodução, codistribuição e reserva de mercado para filmes, documentários e seriados televisivos latino-americanos. (MORAES, 2009: 120)

O próprio autor traz uma pertinente consideração, no sentido de se construir um horizonte progressista compartilhado na América Latina, elaborada por Boaventura de Sousa Santos:

“Mesmo levando em conta que Lula, Cristina Kirchner e Michelle Bachelet seguem o modelo econômico neoliberal, com algumas mudanças pequenas e marginais, sobretudo quando se empenham em promover a inclusão políticas dos cidadãos, não devemos dizer que traem a causa progressista na América Latina. Isso porque os Estados Unidos querem dividir os países latino-americanos entre si. Até agora não conseguiram. Há diferenças reconhecidas entre os governos, mas eles se mantêm unidos, porque têm interesses estratégicos comuns, principalmente no tocante a uma nova ideia de soberania: as multinacionais não podem continuar saqueando o continente, sem consequências. Não se está contra o desenvolvimentismo, apenas vários países entendem que tem que se dar bases mais justas, e não nas condições impostas pelas multinacionais.”²⁰ Boaventura admite que os avanços alcançados até aqui não desfazem o drama de sociedades desiguais e empobrecidas. Mas considera estimulante “a emergência de uma solidariedade regional, com maior abertura e tolerância às diferenças políticas” e esforços governamentais para dar às políticas públicas maior alcance de inclusão social, política e cultural. (MORAES, 2009: 108)

Para além disso, também é importante iniciar uma avaliação acerca da correlação de forças por trás da articulação da Alternativa Bolivariana das

¹⁹ A Lei de Comunicação e Serviços Audiovisuais da Argentina (26.522/09), conhecida como *Ley de Medios*, será abordada de maneira mais aprofundada no Capítulo III.

²⁰SOSA SANTOS, Boaventura de. “Latinoamerica bipolar” (entrevista a Raphael Hoetmer). *Lavaca*, Buenos Aires, 2 de junho de 2008, em <<http://lavaca.org>>.

Américas, centralizada sobretudo na figura de Chávez, e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), liderada pelo Brasil.

Três anos após a eleição de Chávez, na Venezuela, o país apresenta a proposta da Alba pela primeira vez na realização da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe em 2001:

Nesta ocasião o presidente deu o tom à organização, destacando seu caráter contra-hegemônico, de integração solidária, e principalmente, pondo a política à frente da economia no processo de integração, resgatando o legado de Simon Bolívar, o discurso de Chávez, propunha uma organização para integrar a partir dos povos, e não das economias da região, com todas as suas debilidades. A ALBA, em oposição à ALCA, seria a construção da Grande Pátria Latino-Americana”. (FERNANDEZ; SANTOS DA COSTA, 2010: 9)

Já o surgimento da Unasul vem na sequência de uma série de tentativas integracionistas nas quais o Brasil esteve regularmente envolvido. A primeira consiste no “Pacto ABC”, associação de fins prioritariamente econômicos entre Argentina, Brasil e Chile, que teve seu primeiro chamado com o Barão do Rio Branco, no século XIX, e foi retomado posteriormente na era Vargas-Perón. Em seguida, vieram as iniciativas da já mencionada segunda onda de integração latino-americana, denominação adotada por Methol Ferré, que impulsionou a criação da Alalc, substituída em seguida pela Aladi (FERRÉ, 2006: 103, 107 e FERNANDEZ; SANTOS DA COSTA, 2010: 11).

O marco real para a integração construída e buscada dentro dos moldes atuais, contudo, se dá principalmente a partir de 1991, com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul)²¹, ainda que com um tímido peso dentro da política externa adotada pelo governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso.

O nascimento do Mercosul é uma novidade na história do continente, mais do que imaginam os próprios atores do momento. O Mercado Comum do Sul representa uma etapa significativa do movimento inverso ao processo de fragmentação (FERRÉ, 2006: 104).

Com a eleição de Lula no Brasil, em 2002, a iniciativa é fortalecida a partir da nova estratégia brasileira adotada frente à integração regional, que promove

²¹ A composição original do Mercosul contou com a adesão de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e, em 2006, com a entrada da Venezuela.

uma expansão dos acordos do Mercosul a outros países da região ou de eixos até então pouco presentes nas relações brasileiras, como Egito e , que culmina, mais adiante, no surgimento da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), nome dado informalmente nos meios diplomáticos “ao esforço integracionista das nações do subcontinente até que se resolveu por chamar o mesmo de Unasul”, em 2008 (FERNANDEZ; SANTOS DA COSTA, 2010: 13).

Apesar das diferenças, é possível identificar tanto na Alba como na Unasul a tentativa de promover uma unidade latino-americana que supera termos econômicos e baseia-se sobretudo na integração política da região.

1.3) Argentina e Brasil

A partir dessa contextualização, fica mais evidente que, para um estudo realmente aprofundado das políticas públicas e dos movimentos sociais atualmente observados em qualquer país latino-americano, faz-se necessário justamente inseri-los no contexto regional mais amplo.

A opção presente por analisar os casos argentino e brasileiro se dá por três razões principais. Inicialmente, o peso que as duas nações representam, não apenas na América do Sul, mas na América Latina como um todo, em termos políticos, culturais e econômicos. Como define Methol Ferré, temos “de um lado, o país de língua espanhola mais importante e, de outro, o único país de língua portuguesa do continente” (FERRÉ, 2006: 106).

Em seguida, estão as semelhanças observadas ao longo de todo o processo histórico desde o descobrimento, à solidificação das estruturas políticas e sociais argentinas e brasileiras, que permitem traçar um horizonte de desafios e perspectivas muito próximos, cuja relevância está diretamente relacionada ao peso exercido por ambos os países na América Latina.

Por fim, mais especificamente o fato de que o atual debate acerca do marco regulatório da comunicação em ambos os países, sobretudo a partir de 2001,

esteja caminhando sobre bases e ritmos razoavelmente próximos é o que propiciou a elaboração do estudo presente nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2 O PROTAGONISMO ARGENTINO: DA SOCIEDADE CIVIL AO GOVERNO

*“...Mas aqui embaixo, bem embaixo,
Perto das raízes,
É onde a memória
Nenhuma recordação omite,
E há quem se recuse a morrer,
E há quem se esqueça de viver,
E assim, entre todos, se consegue
O que era um impossível:
Que todo o mundo saiba
Que o Sul também existe.”*

Mario Benedetti

Ao traçar um panorama de 1955 a 2010 da Argentina, o historiador Marcos Novaro a define como “un país ‘sin rumbo fijo’ en sus políticas públicas, en su inserción en el mundo y en las imágenes que produce de sí y para sí” (NOVARO, 2010: 10).

De fato, a série de crises vividas nas últimas décadas comprova “la persistente propensión de la vida política argentina a recorrer ciclos de entusiasmo y decepción muy marcados, y a producir caídas abruptas para luego buscar la forma de recomponerse” (NOVARO, 2010: 305). Observa-se, contudo, que é justamente esse caráter cíclico que proporciona parte considerável dos impulsos necessários à mobilização popular no país²².

A crise política e econômica de 2001, por exemplo, é identificada como marco para a articulação da sociedade civil em torno de variadas demandas contemporâneas reprimidas desde o período da ditadura, especialmente de 1976 a 1983. Neste contexto, o debate da comunicação é apenas mais um dos que vêm à tona, e que, por seu caráter transversal, envolve uma pluralidade significativa de movimentos sociais, como explica Rodrigo Tornero, diretor da Rádio Comunitária argentina *La Tribu FM* e integrante da Coalición por una Radiodifusión Democrática²³:

Tanto en América Latina, como en el resto del mundo, a partir del fortalecimiento de estas discusiones, de los debates, de la acumulación teórica sobre el campo de las regulaciones, se empieza a presionar y a

²² A noção de impulsos à mobilização vem a partir da literatura apresentada pelo cientista político Sidney Tarrow sobre “Oportunidade Política” (2009). O conceito está explicado no capítulo Metodologia deste trabalho.

²³ Entrevista realizada em 03 de outubro de 2011, em Buenos Aires.

exigir una ley de la democracia. Que sea una ley no solo debatida en democracia, sino también que tienda a democratizar los medios. Porque nada hubiese servido que una ley de la democracia siga ejerciendo la misma dinámica neoliberal que ejercían los primeros gobiernos democráticos en el campo de las comunicaciones después de la dictadura militar.

Entonces lo que se exigiera era, por un lado, una ley de la democracia que, a su vez, democratice las comunicaciones. Esta discusión, para nosotros, según lo que entendemos en La Tribú, toma una relevancia muy importante a destacar, sobretodo a partir del año 2001, con una importante ebullición social que de alguna manera recompone el tejido social del debate público acerca de las cuestiones que afectan la vida pública como, por ejemplo, la regulación de los medios de comunicación. (TORNERO, 2011: Entrevista)

2.1) O protagonismo da sociedade civil argentina

Antes de analisar como se deu a organização desses movimentos sociais em torno da pauta da comunicação, é interessante observar o papel que as organizações populares historicamente têm desempenhado no país, tanto com relação aos governos, como aos empresários – aqui incluídos os grandes meios de comunicação.

Os níveis de desigualdade social observados no Brasil nunca foram aceitos passivamente na vizinha Argentina. Ao comparar a relação entre as classes sociais na vida cotidiana do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, nos anos 60, o cientista político argentino Guillermo O'Donnell, afirma que era possível identificar um “intenso igualitarismo de la sociedad local, en comparación con la brasileña” e um “marcado rechazo a las jerarquias propio de la cultura de las clases bajas argentinas” (NOVARO, 2010: 18).

Décadas depois, é o rechaço à situação de desigualdade e insegurança recém-estabelecida no país que levará às ruas milhares de cidadãos e cidadãs em repúdio à política econômica neoliberal adotada desde a ditadura militar e mantida pelo presidente Carlos Menem, responsável pela perda de estabilidade e políticas sociais historicamente conquistadas e garantidas.

El porcentaje de población por debajo de la línea de pobreza, que había ascendido al 24,8% en octubre de 1995, llegó al 27,9% un año

después y sería del 29,7% en 1998, casi el mismo nivel que durante la hiperinflación.

Este proceso fue acompañado por otra novedad aún más preocupante para el gobierno: la protesta social se consolidó y extendió, y ya no pudo ser descalificada como una mera expresión de intereses particulares reñidos con el bien común y con el progreso colectivo. Se potenciaron así dos tendencias de largo plazo: los excluidos y perjudicados por las reformas, hasta entonces dispersos o débilmente organizados, se movilizaron y hallaron eco en la opinión pública, inclinada ahora a atender las 'deudas sociales' acumuladas, justo cuando el gobierno veía agotarse la posibilidad de satisfacer esa demanda aumentando el gasto público, como hiciera en años previos con los subsidios por cesantías y el aumento del empleo provincial para hacer más digeribles los cambios. (NOVARO, 2010: 258)

Os piquetes, saqueios e panelaços e demais manifestações realizadas em 2001, no entanto, não foram inéditas nem em repertório, nem em amplitude. Ao relatá-las, o historiador Novaro remete a processos semelhantes de 1989 e 1990, por exemplo, durante outra crise nacional (NOVARO, 2010: 278).

Um aspecto interessante de se observar neste relato histórico é o impacto e peso político que sempre exercem as manifestações populares, somadas a uma série de fatores políticos. Mais do que por negociações dos altos cargos e bastidores da política, compreende-se a partir do relato de Novaro que a pressão social foi de fato o elemento decisivo para a renúncia dos presidentes à época:

Los grupos piqueteros y los 'cacerolazos' de la clase media porteña confluyeron en una movilización espontánea a la Plaza de Mayo, que el gobierno reprimió duramente, causando unos 15 muertos (otros tantos se contaron a raíz de los saqueos). Como consecuencia, el 20 de diciembre de 2001, mientras continuaban las manifestaciones, De la Rúa presentó su renuncia al Congreso. (NOVARO, 2010: 278)

É interessante observar, por exemplo, a diferença entre os discursos nos relatos históricos acerca do processo argentino de 2001 e da crise de 1992, no Brasil. Apesar das intensas manifestações sociais do movimento que ficou conhecido como "Fora Collor", com os "Caras Pintadas", em resposta à inflação exorbitante e às denúncias de corrupção do governo, entre outros fatores – com apoio midiático da *Rede Globo*, que havia sofrido com os cortes publicitários por parte do governo – o que de fato é tido como elemento crucial que levou à renúncia do

presidente Fernando Collor de Mello é a iminência da aprovação de seu impeachment no Congresso Nacional²⁴.

De fato, da forma como é contada a história brasileira, tem-se a impressão que grande parte dos marcos sociais do país vieram essencialmente a partir de uma construção das elites políticas e econômicas, onde a participação e a pressão social foram apenas coadjuvantes, a exemplo dos processos de independência, de transição do Império à República e do próprio Fora Collor²⁵.

Já na Argentina, a mobilização social costuma ser identificada como um fator crucial constantemente presente. A jornalista Graciela Mochkofsky, por exemplo, reforça o impacto que tiveram os protestos populares durante a crise de 2001, com um envolvimento massivo e relativamente inédito da classe média argentina:

En diez días, se sucedieron cinco presidentes: de la Rúa, el presidente provisional del Senado, Ramón Puerta; el gobernador de San Luis, Adolfo Rodríguez Sá, elegido por la Asamblea Legislativa; el presidente de ésta, Eduardo Camaño, y, al fin, Eduardo Duhalde. La clase media de las principales capitales, en especial la Ciudad de Buenos Aires, enfurecida por el congelamiento de sus ahorros, salió a las calles a protestar. Casi cada noche, decenas de miles de personas hacían sonar sus cacerolas – la protesta se llamó, por ello, “cacerolazo”-, marchaban hacia Plaza de Mayo y permanecían frente a la Casa de Gobierno hasta la madrugada, con un solo grito: “que se vayan todos” los políticos. (MOCHKOFSKY, 2010: 137)

Foi criado então um novo espaço de debate público, que envolvia não apenas os movimentos organizados, mas uma gama de novos atores fundamentais para consolidar as demandas trazidas pela sociedade, que teriam de ser atendidas pelo próximo presidente ou presidenta preocupada em garantir legitimidade política e governabilidade dali em diante.

²⁴ Mesmo que em última instância possa se argumentar que o Congresso Nacional é regido por representantes eleitos pelo povo, ainda assim ele configura uma elite política.

²⁵ Tal afirmação não visa, de forma alguma, diminuir o papel fundamental que exercem as mobilizações populares para as transformações sociais no Brasil. Muito pelo contrário, o objetivo é justamente chamar a atenção para a construção dos discursos em cada sociedade e compreender de que forma eles contribuem ou atrapalham na formação da identidade dos diversos setores da sociedade civil como potenciais protagonistas das transformações buscadas. Recentemente, inclusive, é possível identificar importantes estudos sobre mobilizações onde a pressão social foi fundamental para a alteração do cenário político, como no movimento Fora Arruda de 2009 (PIETRICOVSKY CARDOSO, 2011)

Esa recomposición del tejido social, por una situación muy puntual, de crisis económica y de necesidades en todo el país activa una cantidad de dinámicas de intercambio político. Las señoras que habitualmente estaban en sus casas mirando la tele, habían pasado a tomar parte de la vida pública comunitaria, en términos de hacer comunidad, de comunicarse con otros, en la calle, en las asambleas populares, en los clubes del trueque. Es decir que esa necesidad económica y esa situación de crisis tan crítica, al mismo tiempo que estimulaba la gente a salir a reclamar por sus derechos, estimulaba también un nuevo proceso de diálogo social. (TORNERO, 2011: Entrevista)

O “novo processo de diálogo social” ao qual se refere Tornero abre um espaço de abrangência inédita para o debate sobre o papel dos meios de comunicação, que a partir de então estaria inserido de maneira mais ou menos regular na agenda política do país.

2.2) A mídia e os movimentos sociais

Especialmente a partir de 2001, os interesses divergentes entre os grandes grupos de comunicação do país e a sociedade argentina de uma forma geral começaram a ficar evidentes não apenas para os movimentos sociais organizados, mas para todas e todos que a partir de então estavam minimamente envolvidos com as discussões, como mostra o relato de Graciela Mochkofsky:

Clarín - el diario, la radio, los canales - había cubierto la crisis exhaustivamente. A partir del primer cacerolazo contra De la Rúa, las cámaras de TN [Todo Noticias] habían acompañado las protestas casi desde el momento en que surgían. Los manifestantes se acostumbraron a avisar al canal cuando comenzaba una nueva protesta. De pronto, con Duhalde en el gobierno, TN llegaba tarde o no asistía a los cacerolazos, que para nada habían disminuido. Algunos medios - el diario *Ámbito Financiero*, entre ellos - publicaron que Clarín había estado detrás de la devaluación, que había licuado su deuda a costa de lanzar a medio país a la pobreza. En varias paredes de la ciudad apareció un *graffiti* que denunciaba: “Nos mean y Clarín dice que llueve”. (MOCHKOFSKY, 2010: 138)

Mais do que gritos e palavras de ordem generalizadas contra os políticos locais, nas manifestações passaram a ter destaque também as críticas aos meios de comunicação comerciais, como relata Rodrigo Tornero:

Se multiplicaron los escraches públicos a los medios de comunicación que intentaban ejercer determinado control social, en vinculación con los grandes poderes económicos de turno y de alguna manera se puso mucho en crisis la legitimidad de esos medios. (TORNERO, 2011: Entrevista)

A “crise de legitimidade” dos grandes meios de comunicação privados se reflete, coincidentemente, no aumento da legitimidade dos veículos alternativos e comunitários, que propunham outros olhares sobre os acontecimentos que movimentavam a sociedade argentina. Quando uma maior parcela da população percebeu por experiência própria o conflito entre seus interesses e aqueles dos oligopólios de comunicação, ficou mais nítida a necessidade de acesso e divulgação de outras versões dos fatos vivenciados e de se discutir uma nova regulamentação para a radiodifusão argentina.

Pasó una cosa muy curiosa: la gente se empezó a apropiarse de las discusiones a los temas de los medios de comunicación, no solamente de la ley. A la ley lo intentaron a silenciar los que estaban más contemplados. De hecho, había los que jamás anunciaron que se hicieron las audiencias públicas para debatirla. Pero yo conversaba con gente que vivía en el interior y había una sensación de que se estaba corriendo el telón, que se estaba mostrando una parte de la Argentina que nunca se había discutido y la gente estaba interesada. Se discutía con los medios de comunicación, que ya no eran mas los portadores de verdades indiscutibles. (LORETTI, 2011: Entrevista)

2.3) Kirchners compram a briga: superação da ditadura, “Papel Prensa” e “Fútbol Para Todos”

Dado o histórico conturbado de relacionamento entre os principais grupos empresariais de comunicação da Argentina²⁶ – notadamente *Grupo Clarín*, *La Nación* e *Perfil* – e os governantes do país até então, era certo que ao ser eleito, em 2003, o presidente Néstor Kirchner teria muitos desafios pela frente e muitas das conquistas políticas de seu governo dependeriam de como ele decidiria lidar com a mídia.

A postura adotada, inicialmente, foi controversa. Apesar das reivindicações e críticas dos movimentos sociais, em 2005, por meio do Decreto 527, Kirchner permitiu que as concessões públicas a rádios e televisões, outorgadas em 1982, durante a ditadura, fossem renovadas automaticamente por mais dez anos, sem qualquer debate público.

²⁶ Um relato bem aprofundado dessa relação está disponível no livro “Pecado Original – Clarín, Los Kirchner y la Lucha por el Poder”, de Graciela Mochkofsky (Buenos Aires, 2011).

Fue un momento difícil, donde se tornó complicado sostener la militancia y, especialmente, la esperanza. Era una señal de lo difícil que sería avanzar con un proyecto de ley que pudiera reemplazar la ley de la dictadura vigente porque al gobierno que tomara una iniciativa como esta, le costaría la enemistad de los grupos mediáticos. (BUSSO E JAIMES *in* BUSSO, 2011: 52)

Ainda assim, por outro lado, com o passar do tempo e uma intensificação dos conflitos diretos entre os objetivos do governo e os interesses dos oligopólios midiáticos²⁷, Mochkofsky argumenta que Néstor Kirchner foi “el más eficaz en instalar un discurso público desfavorable a Clarín”, ao declarar coisas como “*Clarín* no es un diario independiente. Es un diario opositor, que tiene muchos intereses en la concentración monopólica, que está jugando fuertemente contra aquellos que queremos pluralizar y democratizar los medios” (MOCHKOFSKY, 2010: 203).

De acordo com a autora,

“*Clarín* miente” se convirtió en un eslogan oficialista omnipresente: en todo acto kirchnerista había grupos que sostenían carteles y banderas con la leyenda; se la veía en pintadas en paredes de la ciudad de Buenos Aires y en masivas campañas de afiches en Capital y el conurbano. Cuando se jugó el superclásico de 2009, en plena renegociación de la televisión del fútbol, las hinchadas enemigas de Boca y de River desplegaron banderas que proclamaban: “*Clarín*, el fútbol es pasión, no un curro”, y “*Clarín*, queremos fútbol gratis por *tevé*”²⁸. (MOCHKOFSKY, 2010: 201)

Além disso, vale ressaltar que nos pronunciamentos presidenciais – seja de Néstor ou de Cristina Kirchner – era constante o resgate da época da ditadura, como estratégia discursiva para criticar os meios de comunicação em questão.

²⁷ Um exemplo interessante de confronto foram as duras críticas recebidas por Kirchner, ao se aproximar do presidente venezuelano Hugo Chávez, com o objetivo de obter financiamento para realizar o pagamento antecipado das dívidas acumuladas da Argentina junto ao FMI e adquirir independência econômica e política de Washington. Segundo Novaro, estas medidas diferenciaram o governo argentino dos governos de esquerda moderada ou socialdemocratas da América Latina, como Chile, Brasil e Uruguai. Leia mais em NOVARO (2010: 302).

²⁸ *Clarín* denunció, en un informe interno sobre los ataques del gobierno del que recibí copia, que la campaña de afiches tuvo la dimensión de una campaña electoral, con entre 50.000 y 65.000 afiches pegados por día en la Capital y el conurbano. “Una campaña de este tipo cuesta alrededor de 200.00 pesos diarios”, estimó. También denunció que los jefes de las hinchadas de Boca y de River cobraron 100.000 pesos por el despliegue de banderas. (Nota original da autora)

Exemplo claro foi a polêmica travada sobre o direito de transmissão das partidas de futebol locais. Desde 1991, o *Grupo Clarín*, em parceria com a empresa *Torneos Y Competencias* (TyC), havia fechado um contrato com a Asociación del Fútbol Argentino (AFA) que lhe garantia exclusividade na exibição das partidas até 2014, por meio do canal a cabo TyC Sports.

El contrato causó polémica, porque el fútbol, que podía verse por televisión abierta y gratuita hasta entonces, en adelante sólo se vería por TyC Sports, televisión codificada y paga. Ninguna emisora podía emitir imágenes de los partidos hasta que terminara el resumen semanal Fútbol de Primera, que sólo se veía por Canal 13 y TyC Sports. Clarín se había quedado con el monopolio de la transmisión de la gran pasión deportiva de los argentinos. (MOCHKOFISKY, 2010: 112)

Em meio ao debate sobre o novo marco regulatório da radiodifusão argentina, o governo decidiu comprar o direito de transmissão, com o objetivo de garantir o acesso às partidas pelos de canais abertos.

El 11 de agosto de 2009, el gobierno hizo un acuerdo con la AFA para liberar la televisión de los partidos: el Estado le pagaría 600 millones de pesos por año por los siguientes diez años; ver fútbol por televisión sería, desde ese momento, gratis para todos los argentinos. La AFA rescindió unilateralmente el contrato de exclusividad con Clarín, que tenía 18 años de antigüedad y vencía en 2014. Clarín pagaba 268 millones por año a la AFA, dos veces menos que lo ahora pagaría el Estado. (MOCHKOFISKY, 2010: 189)

O objetivo da medida, contudo, ia além de garantir o acesso à paixão nacional. Este foi apenas um pontapé para estimular um debate ainda maior sobre o papel dos meios de comunicação privados no país, sempre a partir de uma contextualização mais ampla que remetia constantemente ao período da ditadura militar.

“No es posible que solamente él que pueda pagar pueda mirar un partido de fútbol, y que además te secuestren los goles hasta el domingo aunque pagues igual, como te sequestran la palabra o te secuestran las imágenes, como antes secuestraron y desaparecieron a treinta mil argentinos.” (KIRCHNER, 2009 *apud* MOCHKOFISKY, 2010: 203)

A iniciativa trouxe para a discussão o apoio de torcidas organizadas dos principais times locais, além de figuras públicas como o ídolo Diego Maradona,

ainda que questionados por opositores²⁹. De acordo com Rodrigo Tornero foi uma efetiva estratégia de comunicação, que deveria ter sido aprofundada:

Me parece un paso sumamente importante para democratizar también el acceso a determinados contenidos. Me parece que nos es el punto mas importante, pero si que es un punto muy importante. Como estrategia de comunicación creo que fue muy efectiva. El tema es que sería interesante que los mismos criterios sean aplicados no solo para espectáculos masivos como el fútbol, pero también a una cantidad de otras disciplinas a las que el publico debería tener el acceso garantizado, disciplinas artísticas, culturales, políticas. Creo que no solo el fútbol deba ser para todos. (TORNERO, 2011: Entrevista)

Além do futebol, outro enfrentamento encarado pelo kirchnerismo foi acerca da produção de papel jornal. Em uma das audiências públicas realizadas para debater a proposta da nova Ley de Medios, foi feita a denúncia de que o *Grupo Clarín* teria comprado a empresa Papel Prensa sob tortura do então proprietário, David Graiver, ainda na época da ditadura militar (MOCHKOFISKY, 2011: 192).

A partir disso, a presidenta Cristina Kirchner anunciou que não apenas realizaria uma investigação aprofundada do caso, como enviaria também um projeto de lei ao Congresso Nacional, “para convertir la producción y venta de papel de diario en actividades ‘de interés nacional’” (MOCHKOFISKY, 2011: 194), em mais um ato de combate ao oligopólio midiático exercido especialmente pelo *Grupo Clarín*, na Argentina.

Essa incoerência nas posturas governamentais adotadas, que iam da renovação automática das concessões, por um lado, à democratização do acesso ao futebol e ao papel jornal, por outro, evidenciaram que para que uma nova lei de radiodifusão completa, de acordo com os princípios da democratização da comunicação, saísse do papel e dos discursos, seria fundamental que os movimentos sociais se organizassem.

En Argentina se dieran muchas discusiones muy profundas acerca de cómo planteaban los medios determinadas cosas. Se dio un proceso

²⁹ O apoio de Maradona e das torcidas organizadas foi polemizado pela mídia. De acordo com *Clarín* e *Perfil*, ele faria parte de um suposto “Plan K” pela aprovação da Ley de Medios e não teriam sido espontâneos. Essas críticas podem ser conferidas em reportagem do *Perfil*, de 08/05/2009 <http://www.perfil.com/contenidos/2009/05/08/noticia_0034.html> e em MOCHKOFISKY (2010: 201).

contra-hegemónico que a su vez no deja de ser una disputa de dos poderes hegemónicos. De alguna manera se estableció una pelea muy interesante de dos gigantes [Clarín y el Kirchnerismo] que no necesariamente contemplaran las características de las hormigas que habían debajo. O sea que muchas hormigas están quedando pisoteadas mientras que ellos se pelean. (TORNERO, 2011: Entrevista)

A análise de Tornero sintetiza os desafios apresentados à sociedade civil, a partir da postura governamental e das ações dos grandes meios de comunicação privados. Apenas com intenso grau mobilização e respaldo popular, seria possível que o interesse público fosse priorizado frente à pressão econômica exercida pelos oligopólios e aos jogos políticos dos governantes.

2.4) Coalición por una radiodifusión democrática

A Coalición por una Radiodifusión Democrática surgió a partir da compreensão de que a sociedade civil necessitava se organizar de maneira autônoma para garantir que o marco regulatório da comunicação, vigente desde da ditadura militar argentina, fosse superado. Era necessário, explica Néstor Busso, presidente do Foro Argentino de Radios Comunitarias (FARCO) e integrante da coalizão, substituí-lo por “una nueva ley de radiodifusión surgida del debate ciudadano”, que atendesse aos anseios sociais acumulados desde então (BUSSO, 2011: 36).

En este contexto podemos decir que en los pocos más de noventa años de vida de la radiodifusión en Argentina, hubo dos modelos en pugna que se disputaron la legitimidad social y política para concretar en el marco legal sus propias visiones de la radiodifusión. Estos modelos comunicacionales estuvieron directamente relacionados y formaron parte de proyectos político-culturales mucho más amplios, vinculados con modelos de país, implicando una mirada sobre la economía, la industria cultural y del espectáculo, las políticas en el ámbito de lo artístico, el desarrollo de un determinado enfoque de la profesión periodística, etc.

Diversos estudios han dado cuenta de la hegemonía que ha tenido desde su surgimiento el sistema de medios en la Argentina, constituido en base al modelo de radiodifusión norteamericano en detrimento del europeo. El primero se basa en la lógica comercial sustentado en emisoras de carácter privado, mientras que el segundo es un modelo de servicios público con asiento en la comunicación pública con un fuerte acento en el sector estatal. (BUSSO, 2011: 35, 36)

Um dos primeiros desafios dos movimentos sociais era, então, superar a lógica comercial que regia a radiodifusão argentina e passar a encarar a comunicação como um direito humano fundamental. Unidos por esse ideal, “representantes de

sindicatos, centrales de trabajadores, organismos de derechos humanos, universidades, carreras de comunicación, medios comunitários y populares, movimientos sociales, cooperativistas, músicos, pymes³⁰, partidos políticos y también militantes sin espacio orgânico” começam a se reunir, em maio de 2004, para a construir um modelo de referência para o que seria uma legislação ideal. (BUSSO, 2011: 44)

No entender da Coalizão, quatro princípios básicos justificam uma nova legislação de radiodifusão: “Se poucos controlam a informação, não é possível a democracia; deve-se garantir o pluralismo informativo e cultural, pois é inadmissível a exclusão de importantes setores do rádio e da televisão; necessitamos de meios públicos fortes, a serviço de todos e não dos governos de turno; o direito à comunicação é um direito humano fundamental. (MORAES, 2009: 191)

Assim, em 27 de agosto de 2004 foi lançada nacionalmente a carta conhecida como “21 Puntos por una Ley de Radiodifusión Democracia”³¹, que seria a base para a proposta de lei apresentada pelo governo de Cristina Kirchner ao Congresso Nacional.

O lançamento contou com um importante operativo de divulgação. Virtualmente, foram atingidas 1600 assinaturas em poucas horas, no site da coalizão³². Desde o auditório da Rádio Nacional, a leitura dos 21 pontos foi transmitida a rádios comunitárias, universitárias e públicas de todo o país. Movimentos sociais históricos da Argentina, como a Asociación Madres de Plaza de Mayo e as Abuelas de Plaza de Mayo, anunciaram a assinatura da carta no mesmo dia. Simultaneamente, foram agendadas audiências com representantes do governo federal e parlamentares, para buscar o apoio oficial às propostas (BUSSO, 2011: 47).

As universidades, é importante destacar, constituíram mais do que um espaço de intenso debate, tanto para formulação como para mobilização acerca dos 21 pontos: foram um ator social importante para o processo. Em 2008, por exemplo, o Conselho Diretor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos

³⁰ Esse é o termo atribuído a partir da sigla para “pequeñas y medianas empresas”.

³¹ O número 21 foi escolhido em comemoração aos 21 anos de redemocratização do país, completados em 2004, a partir de sugestão do comunicador Gonzalo Carbajal (BUSSO, 2010: 45).

³² <www.coalición.org.ar>

Aires emite uma declaração crítica sobre o tratamento dado pelos meios de comunicação ao conflito agropecuário vivido no país. O documento reforça “la necesidad de la sanción de una ley democrática de radiodifusión que garantisse los derechos del público a acceder a información plural, lo que conlleva la existencia de medidas tendientes a controlar los procesos de concentración mediática y de maniobras de monopolio informativo” (BUSSO, 2011: 63).

Damián Loretti, advogado e então diretor do curso de Ciências da Comunicação da Universidad de Buenos Aires, explica que a partir do formato inclusivo das audiências públicas, em sua maioria sediadas pelas universidades, foi possível chegar a um texto que era claramente o resultado de um empoderamento social e uma ampla construção popular:

Cada persona podía tomar la palabra por 7 minutos, dejaba argumentos escritos, mandaba correos electrónicos y eso he determinado que, se uno mira la ley, ve que es como un pastel. Tiene la parte de los artículos, la parte de las notas derecho comparado y la parte donde están los nombres de las personas y entidades que tomaron parte en las audiencias públicas y promovieron reformas. Entonces, la ley es un apoderamiento de parte de los sectores sociales diversos. (LORETTI, 2011: Entrevista)

Apesar da importância da coalizão, como instância de articulação da sociedade civil, houve críticas ao processo de condução dos debates e atividades, especialmente por setores mais críticos ao kirchnerismo, como relata Rodrigo Tornero: “esa coalición fue en un principio un espacio sumamente diverso, pero cada vez mas fue siendo cooptado por el peronismo y el kirchnerismo. O sea que empezó como un espacio muy diverso y después fue expulsando a los más diversos” (TORNERO, 2011: Entrevista).

Esta crítica à chamada cooptação de certos movimentos sociais pelo kirchnerismo acompanha também o processo brasileiro, no qual é possível observar a dificuldade de parte da sociedade civil em lidar com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder e a dualidade que se estabelece a partir daí³³.

³³ As autoras Camila Penna de Castro (2009) e Gislene Moreira Gomes (2011) abordam de maneira mais profunda a relação estabelecida entre os governos progressistas e a sociedade civil, a partir da chegada de Lula e Néstor Kirchner no Brasil e na Argetina.

2.5) Ley de Medios: da aprovação à aplicação

Tanto o período de formulação da proposta, como a articulação pela aprovação da Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual 26.522, bem como a luta para sua liberação judicial e aplicação efetiva foram e ainda são igualmente importantes para o debate da comunicação na Argentina.

En ese proceso de más de cinco años, (...) logramos cosas importantes además de la Ley. Logramos poner en debate el tema de la comunicación y el rol de los medios de comunicación; reavivar la militancia y la participación popular de transformación; y también logramos disputar lo público en los espacios públicos. (BUSSO, 2011: 10)

Em 16 de setembro de 2009, a lei foi aprovada na Câmara dos Deputados da Argentina, com 147 votos favoráveis, contra quatro contrários e uma abstenção, somada à retirada de cerca de 60 deputados de oposição. Às três da madrugada de 10 de outubro do mesmo ano, sob o olhar de milhares de militantes em vigília na Plaza del Congreso, o projeto passa também no Senado Federal, com 44 votos favoráveis e 24 contrários (BUSSO, 2011: 80, 81 e 82). Pode-se considerar como maior avanço a consolidação da comunicação como um direito humano.

Sin duda una de las principales innovaciones que logró plasmar la nueva Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual es la de considerar a la comunicación como un derecho. Esta ley ofrece un punto de partida fundamental para correrla del ámbito del lucro y el mero negocio empresarial. Los conceptos y prácticas a los que hace referencia en cuanto a procesos de producción, circulación, distribución y consumo comunicacional, recorrieron un largo camino – desde lo normativo, pero también desde lo teórico y lo político – hasta poder plasmarse en una ley.

(...) En tal sentido, un amplio sector del movimiento por la democratización de la comunicación ha venido planteando que es necesario reconocer a la comunicación en sí misma como un derecho humano fundamental. El planteamiento del ‘derecho a la comunicación’ (en singular), o del ‘derecho a comunicar’, en nuestro criterio no se contraponen al concepto de ‘derechos de la comunicación’ (en plural). Consideramos que son más bien complementarios. Reivindicar un Derecho a la Comunicación implica reconocer el papel fundamental de ésta en los procesos de construcción de las sociedades humanas.” (BUSSO, 2011: 21, 22)

De acordo com Néstor Busso, a conquista da aprovação se deu por três fatores principais: capacidade técnica, mobilização social e decisão política. Para o

presidente da Farco, esses elementos somados aos erros da oposição garantiram a chegada do novo marco regulatório.

Atualmente, a lei está em fase de implementação com exceção do Artigo 161³⁴, que previa a desconcentração dos meios de comunicação no prazo de um ano, nos moldes da lei. A partir de ações judiciais movidas especialmente pelo *Grupo Clarín*, o artigo foi embargado.

Ainda hoje, porém, de acordo com Rodrigo Tornero, a aplicação efetiva do restante da lei configura um desafio ainda maior do que a disputa pela aprovação do artigo em questão, sobretudo para as rádios comunitárias.

Esa ley fue aprobada hace dos años, está reglamentada hace un año. Es decir que tendría que estar aplicándose. Desde hace un año las radios comunitarias alternativas estamos esperando que se aplique el espíritu de la ley con que fue concebida: la desconcentración de los medios monopólicos y al reconocimiento legal de las experiencias comunitarias, no modificando esas experiencias, sino reconociéndolas tal y como funcionan en el momento. Y lamentablemente lo que tenemos hoy para decir es que todavía ninguno de esos reconocimientos fueron llevados a cabo. De hecho lo que si tenemos hoy para decir también es que por hoy las radios comunitarias están teniendo que cumplimentar más obligaciones que adquirir derechos. (TORNERO, 2011: Entrevista)

Para além da aplicação da lei em si, os movimentos sociais pela democratização da comunicação argentina são também unânimes em apontar alguns pontos que ainda não foram contemplados com a Ley 26.522. Entre eles estão a regulamentação das telecomunicações e da distribuição da verba publicitária governamental, bem como dos novos suportes tecnológicos. Essa lei, assim como todas as demais, se revela então como apenas um primeiro passo para um avanço real nas políticas públicas da área.

Estamos entrando en un periodo muy fuerte de discusión de las redes que trabajamos con los medios alternativos y comunitarios, donde

³⁴ "ARTICULO 161. Los titulares de licencias de los servicios y registros regulados por esta ley, que a la fecha de su sanción no reúnan o no cumplan los requisitos previstos por la misma, o las personas jurídicas que al momento de entrada en vigencia de esta ley fueran titulares de una cantidad mayor de licencias, o con una composición societaria diferente a la permitida, deberán ajustarse a las disposiciones de la presente en un plazo no mayor a un (1) año desde que la autoridad de aplicación establezca los mecanismos de transición. Vencido dicho plazo serán aplicables las medidas que al incumplimiento —en cada caso— correspondiesen."

efectivamente el mayor desafío va a ser establecer acuerdos para saber de que manera vamos a reclamar no la implementación de esa ley, exclusivamente, sino la democratización de las comunicaciones, que es la lucha que tenemos por delante, la lucha que siempre tuvimos por delante. Sabemos que una ley no resuelve una política pública. Una ley es en todo caso un paso más en la política pública, pero no la resuelve. Entonces vamos a tener que articular nuestra mirada de tal manera que podemos seguir adelante en la lucha por la democratización de las comunicaciones. (TORNERO, 2011: Entrevista)

De fato, uma nova legislação não determina uma transformação social automática, mas pode caracterizar um impulso inicial para atingi-la. É indiscutível que a *Ley de Medios* de 2009 representa uma resposta contrária à concentração dos meios e à falta de acesso à informação, apesar das válidas críticas apresentadas à forma como ela foi construída, às suas limitações e ao seu processo de implementação.

A reeleição de Cristina Kirchner, em outubro de 2011, com 53% dos votos, tornou a terceira presidente mais votada da história da Argentina³⁵. A aprovação da presidenta respalda posturas incisivas do kirchnerismo, que enfrentou não apenas os oligopólios da comunicação, mas também setores tradicionais do agronegócio (MOCHKOFKY, 2010: 201) e grupos conservadores contrários à “*Ley del Matrimonio*”, que tornou a Argentina o primeiro país latino-americano e a décima nação no mundo a legalizar o casamento homoafetivo³⁶, em 2010.

A cobertura restrita das eleições no país vizinho, por parte da grande mídia brasileira, chamaram a atenção de Bruno Lima Rocha, da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), do Rio Grande do Sul:

Além do nosso colonialismo e de sermos muito submissos aos EUA, por que os grandes grupos de mídia do Brasil não falam das eleições na Argentina? Sendo que é um dos nossos cinco maiores parceiros

³⁵ De acordo com o portal de notícias Opera Mundi, “em toda a história democrática argentina, somente três presidentes obtiveram mais de 53% dos votos: O primeiro foi o radical Hipólito Yrigoyen, eleito em 1928 com 61,7% dos votos. O segundo foi Juan Domingo Perón, ícone no país, eleito com 54% em 1946, 62% em 1951 e 61% em 1973”.

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/16170/reeleita+com+mais+de+53+cristina+kirchner+e+a+terceira+presidente+mais+votada+da+historia.shtml> (acessado em 28/11/2011)

³⁶ Dados apresentados na reportagem “Argentina é o primeiro país da América Latina a aprovar o casamento gay”, no portal de notícias R7, em 15/07/2010.

<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/senado-argentino-aprova-casamento-gay-20100715.html> (acessado em 28/11/2011)

comerciais e o Brasil é o maior parceiro comercial da Argentina? É pra não alertar a população brasileira que pode entrar em uma disputa política de outro nível o nosso modelo de comunicação. (LIMA ROCHA, 2011a)

No entanto, por mais que as medidas adotadas por Kirchner no campo da comunicação e em alguns outros permitam inserir o kirchnerismo no campo progressista, Lima Rocha, assim como Tornero, alerta para a necessidade de se fortalecer o diálogo e a pressão por parte dos grupos que defendem a implementação e ampliação da atual *Ley de Medios*.

CAPÍTULO 3

BRASIL E A LUTA POR UM ESPAÇO DE DEBATE

*“Chegou a hora dessa gente bronzada mostrar seu valor,
Eu fui à Penha, fui pedir à padroeira para me ajudar,
Salve o Morro do vintém,
Segura a saia que eu quero ver...
Eu quero ver o Tio Sam tocar pandeiro para o mundo sambar!”*

Novos Baianos

A história brasileira é uma história de desigualdades, onde a comunicação sempre esteve presente. Como demonstra Nelson Werneck Sodré, “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”:

O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. Ao lado dessas diferenças, e correspondendo ainda à luta pelo referido controle, evolui a legislação reguladora da atividade da imprensa. (SODRÉ, 1999: 1)

O início da circulação do jornal³⁷ *Correio Braziliense*, no Brasil, em 1808, marca também o início simbólico de uma história construída muitas vezes de fora pra dentro. O brasileiro Hipólito da Costa, erradicado em Londres, foi o fundador e diretor do periódico que durante anos circulou mensalmente no Brasil, burlando a censura prévia imposta pela coroa portuguesa. No entanto, segundo Sodré, o surgimento e manutenção do periódico se deu não “por força de condições internas, mas de condições externas” (SODRÉ, 1999: 20).

A partir de então, um século não foi suficiente para a construção de uma imprensa independente e de fôlego próprio. De acordo com Gislene Moreira Gomes, “la formalización de la relación entre medios y el Estado en Brasil estuvo impregnada de la presencia de Getúlio Vargas”, entre 1930 e 1945. Segundo a pesquisadora, “su acción con los medios se destinó a transformarlos, en especial a la radio, en su amante y sostén político” (MOREIRA GOMES, 2011: 73).

³⁷ Apesar de ser conhecido como jornal, Sodré defende que “o *Correio Braziliense* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como revista doutrinária, e não jornal” (SODRÉ, 1999: 22).

Durante seu governo, Vargas atendeu à boa parte das reivindicações corporativistas³⁸ da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com o intuito de garantir o apoio dos grandes meios de comunicação. No entanto, o excesso de intervenção e controle estatal impostos pelo governo, notáveis na censura e perseguição exercidas pelo então Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fizeram com que empresários comemorassem o fim da Era Vargas.

Em 1946 foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Radiodifusão, com a importante presença de Assis Chateaubriand, proprietários dos Diários Associados, primeiro grande conglomerado midiático latino-americano, com 36 emissoras de rádio, 34 jornais e 18 canais televisivos, “o que lhes permitia uma influência política ímpar” (MOREIRA GOMES, 2011: 75). A partir daí surge uma articulação junto à Câmara de Deputados pela criação de um Código Nacional de Radiodifusão, favorável aos empresários.

Durante os curtos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1964), houve uma tentativa de frear o avanço da iniciativa privada. Essa tentativa, no entanto, foi duramente combatida, em especial pela recém-criada Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), com o apoio do Congresso. “Abre-se o campo, assim, para a consolidação, no país, (...) de um sistema comercial privado de rádio e televisão com base num modelo de concessões públicas” (BOLAÑO, 2007: 12).

Com o golpe militar de 1964, a aliança entre atores privados e governo foi intensificada, bem como a repressão de anos antes: “las prácticas de censura y eliminación de adversario se acentuaron en 1967, con el Decreto 236 del general Castelo Branco, que transformaba el tema en elemento de seguridad nacional, y penalizaba con la cárcel la instalación de telecomunicaciones sin permiso” (MOREIRA GOMES, 2011: 75).

³⁸ Entre os agrados de Vargas à ABI estavam “una donación de 40 millones de cruzeiros para construcción de la sede de la entidad. Sumado a ello se registró su incorporación como categoría laboral en la Consolidación de las Leyes del Trabajo (Ley 5.452/43) y se creó un curso superior de comunicación” (MOREIRA GOMES, 2011: 74).

É neste contexto que surge a *Rede Globo*, que seria importante aliada durante a maior parte do governo militar:

“Instalada em 1965, (...) a TV Globo do Rio de Janeiro se transformaria em pouco mais de duas décadas no maior conglomerado de comunicação do Brasil, e um dos três maiores da América Latina. Tanto quanto seu peso econômico e cultural, o que de fato importava para as forças democráticas brasileiras, principalmente após o fim da ditadura em 1985, era o peso que o grupo Globo assumira na política brasileira, na relação com todos os governos desde a ditadura de 1964, e, nesse mesmo tempo, com uma maioria expressiva do poder legislativo.” (RAMOS, 2007: 22)

De acordo com Gislene Moreira Gomes, “el conjunto de esos movimientos consolidó la primacía del modelo mercantil brasileiro y celebró una de las más largas y estables alianzas Estado-empresarios, de toda la región y con fuerte vínculo militar en la conformación de esas lealtades históricas” (MOREIRA GOMES, 2011: 76).

3.1) Redemocratização brasileira: a origem de um movimento pela democratização da comunicação

A realização da Assembleia Nacional Constituinte de 1988 pode ser considerada um dos principais marcos na disputa das políticas de comunicação brasileiras. De um lado, parlamentares representando os interesses diretos de empresários ligados à Abert, no chamado campo do Centrão. Do outro, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), aliada a outros movimentos sociais. Já naquela época, a regionalização de produção do conteúdo³⁹, o sistema de concessões de radiodifusão, e o Conselho de Comunicação Social figuravam como importantes e polêmicos debates (BOLAÑO, 2007: 19).

Pra mim a Constituinte é o primeiro grande marco de disputa. É a única subcomissão que não termina em consenso. Os movimentos arrancam algumas coisas – e aí, mais um modelo de como é a luta pela democratização da comunicação no Brasil, a gente briga, briga, briga, e no final sai um negócio todo deteriorado, mas sai alguma coisa. O Conselho de Comunicação Social (CCS) é isso: totalmente descaracterizado em relação ao papel inicial dele. O tal do sistema público-privado-estatal, (...) que já na época concebia o que hoje se tem na Argentina, onde o público é o não-governamental. E basicamente proibição de oligopólio e monopólio, o Artigo 221. O

³⁹ A regionalização da produção de conteúdo é a principal pauta, em meio aos debates da época, apontada por José Sóter, presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), em entrevista realizada em novembro de 2011.

resultado é que você tem alguns artigos que são interessantes e outros que dão uma segurança absurda aos radiodifusores, como o 223 que estabelece prazos para as concessões na constituição, que fala que só podem ser encerradas por decisão judicial. (VALENTE, 2011: Entrevista)

Apesar de a Constituição Federal incluir importantes conceitos acerca do direito à comunicação, do Artigo 220 ao 224, a implementação desses deixaria muito a desejar. Dentro desse contexto, Gislene Moreira Gomes afirma que foi justamente durante a redemocratização que se consolidou o modelo privado e aberto ao capital estrangeiro de radiodifusão brasileira:

Si el Régimen Militar brasileiro garantizó el desarrollo de los grandes grupos mediáticos, el período democrático sirvió para confirmar su apogeo e iniciar una etapa de consolidación y expansión de los grandes conglomerados, favoreciendo también la entrada de agentes internacionales, principalmente en el sector de las telecomunicaciones. (...) En ese período, la influencia de Globo en las Campañas por las "Directas Ya" y en las elecciones presidenciales de 1989 determinó el poder del medio en la vida política del país, configurándose en la principal legitimadora de la democracia, de sus gestores, y de la implantación del modelo económico neoliberal. En una verdadera guerra de manipulación informativa, la Globo promovió la transición democrático-conservadora, fue decisiva en la victoria de Fernando Collor de Melo en 1989 y en su impeachment años después, y en la candidatura y reelección de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002). (MOREIRA GOMES, 2011: 87)

Ainda assim, por outro lado, é essa mesma conjuntura que propicia o surgimento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), em 1991. De acordo com Jonas Valente, militante do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação, este será "o grande instrumento dos movimentos sociais para articulação em torno das pautas temáticas, nos anos 1990", do qual a maioria das entidades da área se aproximariam⁴⁰ (VALENTE, 2011: Entrevista).

3.2) Ano 2001: Rearticulação do FNDC e o Direito Humano à Comunicação

Após períodos de descenso e baixa articulação, o Fórum se rearticula em 2001, em resposta ao debate travado no Congresso Nacional acerca do Projeto de Lei 175/2001, do então senador Ney Suassuna (PMDB - PB), que possibilitava a

⁴⁰ Exemplos de entidades que atuaram junto ao FNDC, desde então, são a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Federação Nacional dos Sindicatos de Telecomunicações (Fittel) e a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), sendo esta criada após o surgimento do Fórum.

ampliação da participação do capital estrangeiro de capital estrangeiro de 49% para 100% nas empresas concessionárias dos serviços de TV a cabo⁴¹ e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 203-B/95.

De acordo com Jonas Valente, é também no início dos anos 2000 que surgem outras iniciativas e entidades⁴² do movimento, para além do FNDC, que vão disputar o conceito de “direito humano à comunicação”, frente à concepção de “comunicação como um direito social”, tradicionalmente defendido pela Fenaj.

A pauta do direito humano à comunicação sempre teve resistência dentro da Fenaj, porque sempre foi vista por eles como uma ameaça, do ponto de vista conceitual, à concepção da obrigatoriedade do diploma de jornalista. Tanto é que eles não dizem que a comunicação é um direito humano, mas é um direito social. É um direito da sociedade ser bem informada, não de produzir comunicação dessa forma. O movimento já não era mais restrito ao FNDC. Se reconhecia que havia outro espaço para a mobilização. (VALENTE, 2011: Entrevista)

Essa dicotomia entre setores mais tradicionais e outros mais modernos da militância esteve presente ao longo de toda a década seguinte, com notável acirramento ao longo da preparação e realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

3.3) Governo Lula: expectativas e frustrações dos movimentos sociais

Eleito em 2002 com 60% dos votos, Lula chegou ao poder a partir de “uma longa e firme construção histórica de movimentos sociais”, como retrata Camila Penna de Castro. Além disso, de acordo a autora, a eleição do candidato petista se deu em um contexto particular de baixa mobilização social: o ano de 2002 foi o que menos registrou ações de protesto, entre 2000 e 2005. Já na vizinha Argentina, o processo de eleição do presidente Néstor Kirchner “se deu em um momento de forte convulsão social” e “baixa legitimidade”, com apenas 22,2% de votos (PENNA DE CASTRO, 2009: 104).

⁴¹ O posicionamento das entidades integrantes do FNDC está presente no “Manifesto sobre o PL do Senado 175/2001 – 100% de capital estrangeiro na TV a Cabo” de 02/12/2001.

⁴² Exemplos de entidades que se articulam para além do FNDC nessa época são: CRIS Brasil, Enecos, Intervezes, Congresso Brasileiro de Cinema (CBC) e a Campanha Ética na TV.

Nos anos imediatamente anteriores, a disputa entre o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e os movimentos sociais tinha se acirrado. Assim como na Argentina de Menem, o governo de FHC foi marcado por “políticas de ajuste fiscal e redução do Estado na economia, com a privatização de importantes empresas nacionais, como a mineradora Vale do Rio Doce e o setor de telefonia. Nesse contexto o espectro de atores que conformou o campo de protesto também teve como ponto de convergência a oposição ao neoliberalismo” (PENNA DE CASTRO, 2009: 104).

A aprovação da Lei 9.612/98 garantiu uma regulamentação do serviço de radiodifusão comunitária bastante limitada e conservadora⁴³, o que representou mais um capítulo no aumento das tensões e pressões sociais em busca de maior incidência sobre as mudanças do setor da comunicação (MOREIRA GOMES, 2011: 88).

Além disso, outro fator que intensificou a disputa entre governo e movimentos sociais foram as ações realizadas por FHC, a partir de 2001, com o intuito de criminalizar e penalizar ocupações de terra, tendo como alvo principal o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O ápice está na edição da Medida Provisória Nº 2.138-56 que determinou juridicamente a ilegalidade da ocupação de terras e que culminou, em resposta, com a ocupação da fazenda de FHC, em 2002 (PENNA DE CASTRO, 2009: 103).

Nesse contexto, a chegada de Lula à presidência representava uma série de expectativas que, todavia, encontrariam dificuldade em serem cumpridas. A não revogação da MP 2.138-56 e a aprovação, em 2003, da reforma da previdência anteriormente combatida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foram alguns dos fatores que contribuíram para revelar desde o início as limitações do novo governo.

⁴³ Entre os principais problemas da Lei 9.612/98 está a limitação da “radiodifusão comunitária à potência de 25 watts, com alcance máximo de um quilômetro, além da proibição de publicidade, disponibilização de apenas um canal no dial e controle burocrático da concessão de outorgas” (MORAES, 2009: 166).

O grau e as formas de frustração por parte dos setores que compunham a base do partido se dividem, no entanto, em três grupos, de acordo com a cientista política Camila Penna de Castro: (1) “a corrente majoritária, que identificando um contexto de crise legado pelo governo anterior, justifica a necessidade de continuar inicialmente com a política econômica de FHC para se garantir uma confiança do mercado”, onde se encontram principalmente a Central Única de Trabalhadores (CUT) e dirigentes partidários com funções executivas no governo; (2) “a corrente que defende a tese de que no governo Lula, por ser de composição heterogênea, prevaleceu uma correlação de forças favorável à direita, e para puxá-la novamente para a esquerda seriam necessárias ações concretas de mobilização por parte das organizações sociais”, posição adotada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), o MST e a esquerda da CUT; (3) e por fim “a corrente que considera que houve uma opção definitiva do governo Lula pela direita, e que portanto não haveria nenhum espaço para disputa e crítica, cabendo à esquerda minoritária o papel de construir uma outra alternativa de esquerda”, representada pelo PSOL e setores sindicais que haviam rompido com a CUT (PENNA DE CASTRO, 2009: 107, 108).

Essas diferenças também estiveram presentes na construção da 1ª Confecom, em 2009. A frustração e desconfiança com relação ao Governo Lula se refletiram na postura adotada pelos movimentos sociais frente às iniciativas governamentais de incentivo ao debate e à participação popular, que, especialmente no campo da comunicação, foram limitadas pelas concessões abertas aos empresários ao longo dos processos.

É possível aplicar essa mesma divisão em três grupos à postura adotada por diferentes setores da sociedade civil no processo da conferência. Os setores mais ligados à CUT e ao FNDC compuseram o primeiro campo, no sentido de respaldar o governo e estender sempre que possível o limite de até onde era possível ceder enquanto sociedade civil. O segundo grupo foi composto por setores mais ligados ao Intervozes e às comissões estaduais, que defenderam constantemente a necessidade de um debate programático aprofundado na conferência. Já o

terceiro grupo se configurou principalmente pelos setores que optaram por não disputar os rumos da Confecom, por acreditarem que era uma batalha perdida, onde se encaixam a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação e militantes ligados ao PSOL e PSTU⁴⁴.

3.4) O debate da comunicação no Governo Lula

Apesar de sempre ter sido uma pauta transversal aos movimentos sociais, a questão da comunicação ganhou mais visibilidade no Brasil a partir do início dos anos 2000. Entre os fatores que estimularam esse processo está a já mencionada rearticulação do FNDC, aliada ao surgimento de novas iniciativas no campo, bem como a intensificação do debate nos próprios movimentos sociais de uma forma mais ampla.

Exemplo disso, é a agenda de reivindicações apresentada pela Marcha Nacional pela Reforma Agrária, realizada em 2005, de Goiânia a Brasília, onde a democratização dos meios de comunicação figurava como uma das principais pautas, aliada a questões como demarcação de terras indígenas e quilombolas, luta contra transgênicos e a regulamentação de plebiscitos e outras formas de iniciativa popular (PENNA DE CASTRO, 2009: 116).

Os movimentos ligados à comunicação também passaram a adotar uma série de bandeiras, ora em resposta a medidas apresentadas pelo governo, ora na tentativa de construir uma pauta positiva, por iniciativa dos próprios movimentos, como relata o militante do Intervozes, Jonas Valente.

O marco é a Frente por um Sistema de Rádio e TV Digital Democrático. Os anos 2000 são marcados pela lógica de grandes frentes ou articulações, que se organizam por pauta. Primeiro, veio a Frente por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital. Foi uma reação à pauta, na qual as entidades que estavam envolvidas com o tema se reuniram para debater uma estratégia do ponto de vista da sociedade civil. Outro exemplo foi a campanha pela democratização do sistema de concessões de rádio e TV, em 2007. Havia um mote factual, que era o vencimento das outorgas de grandes emissoras, mas não tinha uma sinalização de

⁴⁴ Dentro desses grupos houve militantes que acompanharam e construíram o processo da Confecom, mas não de maneira coesa.

que o governo iria mudar o sistema. Em 2008, não tinha nenhuma grande pauta, então a gente tentou fazer uma articulação em cima de vários temas. Nós elencamos uma pauta e tentamos fazer umas reuniões pra ver ela unificava o movimento. Não unificou.

Mas nesse ano surgem duas pautas fundamentais para o ano seguinte: primeiro, o Fórum de TVs Públicas, que foi uma consequência da derrota do Ministério da Cultura na disputa da TV Digital. A outra pauta que surge é a da Conferência de Comunicação, a partir de uma iniciativa inesperada da deputada Iriny Lopes (PT-ES) – na época presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara – que aprovou um requerimento dizendo que o Congresso deveria puxar uma Conferência de Comunicação, inspirada no modelo da Conferência de Direitos Humanos, que era puxada pelo Parlamento. (VALENTE, 2011: Entrevista)

No contexto apresentado por Valente, também é importante destacar iniciativas como o surgimento do Dia Nacional pela Democratização da Comunicação, a partir de 2003, por iniciativa da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) e do Intervozes, em parceria com outras entidades da área. Outra mobilização interessante foi a Campanha Ética na TV – Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, em 2002, fruto da 7ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Um marco fundamental nesse período foi a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, encabeçada pelo então ministro da Comunicação Social Franklin Martins, a partir do projeto de comunicação pública idealizado por Eugênio Bucci⁴⁵, em substituição às iniciativas fragmentadas da Radiobrás e da TVE.

Vale ressaltar que, se a criação e o funcionamento da EBC ainda hoje são alvo de críticas dos movimentos sociais pelos “problemas de autonomia financeira e política, da cobertura restrita, da baixa audiência, dos entraves burocráticos e da tímida programação da TV Brasil”⁴⁶, maiores ainda foram as críticas por parte dos oligopólios de comunicação brasileiros, no intuito de “desqualificar um canal de televisão desvinculado de regras mercadológicas, da ditadura do *rating* e dos

⁴⁵ Eugênio Bucci foi presidente da Radiobrás de 2003 a 2007.

⁴⁶ Ver Daniel Castro, “TV de Lula faz um ano sem conteúdo, sinal e público”, *Folha de S. Paulo*, 24 de novembro de 2008; e João Brant, “TV Brasil: uma emissora cada vez menos pública”, *Observatório do Direito à Comunicação*, 27 de novembro de 2007; Sérgio Matsuura, “Tereza Cruvinel avalia o primeiro ano da EBC e fala sobre 2009”, *Comunique-se*, 26 de novembro de 2008. (Nota do Autor)

filtros ideológicos da televisão comercial – portanto tendencialmente mais favorável à diversidade ideológico-cultural”, como relata Dênis de Moraes.

No Brasil, as baterias voltaram-se contra o presidente Lula por conta da criação da EBC, gestora da TV Brasil. Nem a nomeação pelo presidente de um Conselho Curador integrado, entre outros, pelo economista Delfim Netto, três vezes ministro da ditadura militar, e o empresário José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Boni, ex-vice-presidente de operações da *Rede Globo*, serviu para atenuar as imprecações de boa parte da mídia e da oposição de centro-direita contra a EBC-TV Brasil. (MORAES, 2009: 194, 195)

A dificuldade de equilíbrio entre dialogar com os oligopólios midiáticos e atender aos anseios históricos dos movimentos sociais que ajudaram a construir sua ascensão marcaram o Governo Lula. Nesse contexto de clara disputa ideológica, a articulação popular foi fundamental para garantir um maior agendamento das políticas de comunicação na pauta oficial do Estado. Como analisa a jornalista Cecília Bizerra⁴⁷, “o debate foi se ampliando e a sociedade civil foi se apropriando cada vez mais desse debate. Até chegar ao ponto de se mobilizar e criar uma Comissão Nacional Pró-Conferência, em 2007” (BIZERRA, 2011: Entrevista).

Ainda não era a CNPC, mas teve uma mobilização nacional, com um encontro aqui na Câmara puxado pela Comissão de Direitos Humanos, onde alguns atores da sociedade civil decidiram, então, criar uma Comissão Nacional Pró-Conferência para puxar e reivindicar a Conferência. A gente pensava assim: “Poxa, no Governo Lula já teve tantas conferências, falta a de Comunicação! Por que não puxar? É um tema tabu? O que que falta? Nossa comunicação está muito aquém do que um país democrático deveria ser!”

Então as entidades da comissão fizeram uma carta para o ministro da Comunicação do Governo Lula, reivindicando uma conferência ampla, democrática, participativa, no molde das outras que já estavam tendo. Aí começou a luta grande. A peleja da sociedade, com o governo, com os empresários pra que houvesse essa conferência. (BIZERRA, 2011: Entrevista)

“Foi uma história que exigiu muito dos movimentos sociais”, como afirma José Soter, presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) José Sóter. O anúncio da convocatória a 1ª Confecom, pelo presidente Lula, se deu em janeiro de 2009, no Fórum Social Mundial, em Belém do Pará, não sem antes

⁴⁷ Cecília Bizerra foi secretária operativa da Comissão Estadual Pró-Conferência de Comunicação do Piauí e em seguida assumiu a coordenação da Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação.

ter tido uma grande negociação entre FNDC, empresários e governo federal⁴⁸. A partir daí foram 11 meses de intenso debate e articulação política até a realização da etapa nacional, entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009, com a presença de 1800 delegadas e delegados eleitos em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

3.5) O laboratório da Confecom

Os dois mandatos do Governo Lula foram marcados pela realização de uma série de conferências temáticas, com o objetivo de promover o debate entre diferentes setores da população e, em tese, guiar a elaboração e implementação de políticas públicas nas áreas em questão. Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Juventude, Raça e Gênero foram as pautas de algumas das conferências puxadas.

No entanto, a realização de uma Conferência de Comunicação não estava no programa original de campanha, nem de governo, do presidente Lula. Apesar de ter sido vítima de ataques diretos dos oligopólios midiáticos em todas as suas candidaturas (MOREIRA GOMES, 2011: 86), não houve ao longo do Governo Lula nenhum enfrentamento direto aos meios de comunicação que possa se comparar à experiência levada a cabo pelos Kirchner, na Argentina⁴⁹.

Um dos fatores que ajudam a compreender essa postura está relacionado ao tabu criado em relação à regulamentação da comunicação brasileira: criado e fomentado exaustivamente pelos grandes meios de comunicação privados, com o intuito de associar tentativas de maior controle social à prática ditatorial da censura e a atentados à liberdade de expressão. É o que Gislene Moreira Gomes chama de “camuflaje de los intereses mercantiles en la regulación mediática”:

⁴⁸ De acordo com Jonas Valente, do Intervezes, em entrevista, houve três aspectos importantes que possibilitaram a convocação da I Confecom: “Primeiro, tem esse evento, que lota o auditório na Câmara dos Deputados. Segundo que, de fato, o FNDC fez uma costura com os empresários, foi ao ministro Hélio Costa e a Abert falou que topava. E, terceiro, através de umas articulações aí, o negócio finalmente chegou ao Palácio do Planalto, onde nunca tinha chegado, especificamente nas mãos do Gilberto Carvalho, com quem a gente teve uma reunião no dia seguinte ao FSM.”

⁴⁹ Apesar de ter havido certa reação do Governo Lula à postura da mídia em casos como o escândalo do Mensalão, ela não parece ter se refletido em políticas públicas ou legislações relacionadas.

Es un recurso diferencial presente en los argumentos de libertad de expresión o de excepción cultural, usados de manera conveniente por los operadores comerciales del sector como una ventaja estratégica en la fijación de las reglas. La apelación a su condición de producto cultural es lo que permite una especie de blindaje del sector frente a los intentos de intervención pública-estatal directa y, al mismo tiempo, les exige su protección y resguardo”.

En el caso brasileiro, se me hacía evidente ese uso del recurso diferencial de las Industrias Culturales como mecanismo de defensa de sus intereses mercantiles. El negocio mediático se encontraba en un estatus sublimado bajo la idea de una libertad de expresión resguardada como tema tabú, pero forjado en el proceso de la dictadura. En la democracia encerraron a la esfera pública contemporánea, limitando la meta-discusión pública al promover una especie de censura corporativa en que tornaron invisible o marginaron los debate del tema, tal como sucedió con la I Conferencia de Comunicación (Confecom)⁵⁰.

Las empresas de comunicación habían establecido restricciones sistemáticas de eliminación y manipulación de la discusión pública sobre sí mismas.

Como apresenta a cientista política, a denúncia contra supostos ataques à liberdade de expressão foi apresentada inclusive no processo de realização da Confecom. Isso se deu principalmente a partir da retirada de alguns grupos do processo de construção da Conferência, em especial da Associação Nacional de Jornais (ANJ), representante dos jornais impressos Diários Associados, do Grupo Folha, do Estado de SP, do Valor Econômico e do Globo, entre muitos outros, e da Abert (representante da Rede Globo). Do campo da chamada sociedade civil empresarial restaram apenas a Associação Brasileira de Radiodifusão (Abra), representante da Rede Bandeirantes, da Record e do SBT, e a Telebrasil, representante das empresas de telecomunicações (Oi, Vivo, Tim e Claro).

Começaram as atividades e o primeiro grande embate foi essa história com os empresários. A Abert só queria a Conferência se fossem garantidos vários princípios, faziam o discurso do “eu só jogo se for do jeito que eu quero”. Acho que a Abert não tinha se tocado do que era uma conferência. Quando ela chegou e viu que cada cabeça era um voto, ficou assustada. Eles nunca operaram nessa lógica. Eles sacaram que não iam ganhar nada com aquilo, que só iam tomar porrada, se perguntaram o que tavam fazendo ali e saíram na hora. (VALENTE, 2011: Entrevista)

⁵⁰ Brittos; et.al., 2010.

A saída dos principais grupos empresariais brasileiros, no entanto, criou uma conjuntura em que o governo e o campo majoritário da sociedade civil começaram a abrir mão de certos princípios para garantir a presença dos demais empresários, que ameaçavam abandonar o processo, com o objetivo de deslegitimá-lo de como um todo.

O Palácio do Planalto alguma hora sacou que a Confecom poderia ter duas funções. Uma que era dar uma tensionadinha do lado de lá, que eles sabiam que ia dar trabalho nas eleições. Outra que seria um ensaio de um espaço de composição para um possível novo marco regulatório. Para mim, o governo sempre viu a Confecom desse jeito. E o Franklin Martins sempre deu várias declarações nesse sentido, de que aquilo era um ensaio para um processo de interlocução entre os três segmentos.

Nisso foram quatro meses pra tentar segurar os caras e o governo abrindo mão de tudo, o possível e o imaginável, que foi um pouco o que marcou. Para o governo era isso: não importava quais as resoluções, o que importava era o laboratório. E o laboratório sem um dos três segmentos não valia a pena. Então o governo entregou dedo, anel, braço, tudo para os empresários ficarem.

Qual que é a divergência que surge na sociedade civil? O FNDC queria forçar esse espaço para mostrar por meio dele, por meio dessa interlocução, que era viável construir um novo marco regulatório. Por isso que pro FNDC também não importavam as resoluções da conferência: o objetivo da Confecom era a sua própria realização. Ela não era um meio, era o fim.

E aí se constituiu a divergência com o setor que a gente, Intervezes, representava de alguma forma. Pra a gente, a conferência não era um meio, ela não tinha que acontecer de qualquer jeito. Pra gente essa não era a finalidade dela. A finalidade era que você tivesse um espaço democrático de debate, pra tirar resoluções que tivessem como consequência serem transformadas em políticas públicas.

No contexto dessa disputa, foram definidos os moldes da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Seriam realizadas etapas estaduais, onde a participação seria livre e as propostas submetidas iriam imediatamente à etapa nacional, sem votação. Cada estado elegeria seus representantes, proporcionalmente ao número de habitantes da região, divididos em 20% do poder público, 40% da sociedade civil não empresarial e 40% da sociedade civil. Além disso, foram incluídos os chamados temas sensíveis, que caso fossem reivindicados, necessitariam de 60% dos votos mais um (ou seja, o voto em bloco de dois segmentos mais um representante do terceiro) para serem aprovados na plenária final da etapa nacional.

As medidas geraram várias polêmicas, que valem a pena serem ressaltadas. Uma delas, como relata Cecília Bizerra, foi a crítica feita pelos movimentos sociais à alta participação do segmento empresarial: “esse foi um ponto muito discutido, porque os empresários não representam 40% da população brasileira, nunca, nunca vão representar, mas tinham 40% dos votos da conferência”. Outra questão foi a proibição de as etapas estaduais em votarem suas propostas. Essa condição fez com que chegassem à etapa nacional 6 mil propostas sistematizadas, para serem discutidas em apenas quatro dias e que ao final da conferência resultaram em 633 resoluções. Além disso, o medo do recurso aos temas sensíveis acabou gerando uma série de crises ao longo dos dias da conferência, onde temia-se que temas polêmicos como o Conselho de Comunicação Social, por exemplo, fossem vetados.

A avaliação de Jonas Valente é de que “a gente ficou tanto tempo se preocupando com o método, que o esforço de construir uma plataforma programática se perdeu” (VALENTE, 2011: Entrevista). O resultado disso é a desarticulação da sociedade civil, hoje, em torno da implementação efetiva das propostas aprovadas. Houve uma tentativa de priorização das propostas, a partir de um seminário realizado em julho de 2010, na Câmara dos Deputados, com a presença de diversas entidades, mas que não culminou em uma pressão real junto ao governo federal.

Para os atores entrevistados, não houve por parte do Governo Lula, nem há por parte do Governo Dilma, o compromisso em seguir as orientações da Confecom. De acordo com José Sóter, da Abraço, “o governo pegou aquele relatório, engavetou e não tomou conhecimento disso”. A opinião é compartilhada por Jonas Valente, do Intervozes:

O governo está com uma pauta própria, com pouca ou nenhuma interlocução com a sociedade. O Plano Nacional de Banda Larga não vem das resoluções da Confecom. O Marco Regulatório também não necessariamente nasce disso, embora ele vá relacionar à regulamentação do Artigo 221, etc. Ou seja, as resoluções valem quando acaba casando de o que está sendo feito casa com elas. Mas não existe um processo institucionalizado do Executivo para implantar as propostas.

Mas isso aconteceu em todas as áreas. Primeiro a sociedade luta para haver a conferência, depois luta para ter resoluções avançadas e, ainda, luta para o governo implementar as resoluções. (VALENTE, 2011: Entrevista)

A análise de Cecília Bizerra, da extinta CNPC, é um pouco mais otimista:

Na verdade muitas propostas aprovadas eram princípios, diretrizes, recomendações, e não propostas no sentido aplicável. Por exemplo, a ampliação da inclusão digital em territórios quilombolas e indígenas. O governo está fazendo algo nesse sentido, tímido, mas está, então está sendo aplicado. Ou seja, tem coisas que não são deliberadamente propostas da Confecom que estão sendo aplicadas, mas que estão dentro do que foi defendido. Não sei se foi pela Confecom ou se já estava na proposta, simplesmente, mas contribuiu. A gente sabe que a pressão social é importante para que o governo haja, então não deixa de haver um efeito dominó aí. (BIZERRA, 2011: Entrevista)

Ainda que o processo de construção e os resultados posteriores da realização da I Conferência Nacional de Comunicação tenham deixado a desejar, como revelam as análises já apresentadas, há algo que deve ser ressaltado. Pela primeira vez na história do país houve uma mobilização nacional, para além das capitais e dos grandes centros econômicos e políticos, para discutir o modelo do sistema de comunicação da sociedade brasileira, como revelam os depoimentos a seguir.

Foi interessante essa saída do debate das capitais. Primeiro ele saiu dos grandes centros, foi para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste: ele se espalhou. E segundo que ele saiu das capitais e foi para os interiores. Olha como foi amplo esse processo! Apesar dos trancos e barrancos, ele foi válido, foi positivo, por conta disso. A discussão chegou aonde não existia ainda um debate sistematizado, organizado, pautado. Havia uma vivência e uma resistência diárias, mas que não tinham nome. A partir da conferência ele passou a ter um nome: era a luta pela Democratização da Comunicação. (BIZERRA, 2011: Entrevista)

Logo depois da conferência, eu fiz a avaliação de que a sociedade brasileira tinha tomado o gosto pelo debate da comunicação e que isso era irreversível. Porque com a mobilização para a realização das etapas para se chegar à Confecom, os debates foram muito amplos e abertos, então pessoas que nunca tinham pensado na possibilidade e na importância de estar discutindo isso, começaram a participar dessas etapas preparatórias e isso popularizou o tema da comunicação não só como entretenimento e pela alienação, não só como o ópio – como dizíamos na ditadura, que as novelas eram o ópio do povo – mas pela necessidade da construção de uma identidade cultural, do fortalecimento das atividades sociais e laborais como um todo. Foi fascinante e emocionante ver quantas pessoas colocaram no prato do dia a dia o debate da comunicação. Não só essa parte do entretenimento, que é o carro-chefe, mas a democratização da comunicação. (SOTER, 2011: Entrevista)

O desafio que se coloca, a partir de então, para a sociedade brasileira, em especial aos movimentos sociais, é a necessidade de uma articulação que consiga superar as divergências metodológicas, em nome de uma construção programática mínima para um novo marco regulatório de comunicação. O que se observa é que, enquanto as mobilizações mais recentes da Argentina buscavam a aprovação de um novo sistema de comunicação, no Brasil, até o momento, a luta era apenas pela garantia de um espaço de debate que pudesse de fato avançar para esse novo sistema. Passada essa fase inicial, é preciso definir qual o melhor caminho a ser seguido para promover a democratização da comunicação brasileira, entendida como um direito humano fundamental para a garantia de uma sociedade justa e igualitária.

CONCLUSÃO: PRIMEIROS PASSOS PARA SEGUIR EM FRENTE

“Mis certezas desayunan dudas”

Eduardo Galeano

A motivação original desta monografia foi tentar compreender melhor o que leva as pessoas a se mobilizarem. Ao longo da pesquisa, porém, ficou nítido que o mais próximo que se poderia chegar de uma resposta não era sobre *o que*, mas sim *como* os movimentos se organizam. Por ser um trabalho de conclusão do curso de graduação em Comunicação Social, o ponto de partida foram os movimentos pela democratização da comunicação.

Dentro deles, adotou-se como recorte os processos no Brasil e na Argentina. O primeiro, especialmente pelo interesse em avaliar a partir de uma perspectiva acadêmica uma vivência que até então tinha sido exclusivamente prática, ligada a uma militância política. Já o segundo, inspirado pela curiosidade, talvez deslumbrada, acerca de um contexto tão próximo e ao mesmo tempo aparentemente tão à frente do nosso.

Desde o início, houve uma tentativa de não cair em uma comparação utilitarista entre as experiências de ambos os países. O primeiro passo para tanto foi contextualizá-las em um panorama latino-americano mais amplo. A partir de uma análise histórica do desenvolvimento político e social do continente, constata-se que a ausência de uma democratização da comunicação está presente em toda a América Latina.

As origens para essa realidade remontam à época do descobrimento; passam pelos processos de independência e chegada das repúblicas e acompanham ondas de governos populistas e regimes militares. Ao longo desses períodos, as semelhanças entre as trajetórias brasileira e argentina se reforçaram ainda mais.

A problematização acerca dos sistemas de comunicação em cada país, por exemplo, ganha destaque especialmente no contexto das ditaduras militares e nos processos de redemocratização, com uma divisão entre Estado, mercado e sociedade civil. Com a chegada de governos progressistas em vários países da

América Latina é vislumbrada uma mudança no cenário da comunicação, a partir de uma aproximação – não sem contradições - do poder público às demandas dos movimentos sociais.

No caso argentino, analisado no Capítulo 2, chama a atenção o protagonismo dos movimentos sociais que, especialmente a partir da crise de 2001, conseguem mobilizar e dialogar com uma parcela consideravelmente ampla da população. O envolvimento e o desenvolvimento de um olhar mais crítico por novos grupos sociais leva a um maior questionamento sobre o papel exercido pelos grandes meios de comunicação. A partir daí abre-se o caminho para o surgimento, em 2004, da Coalición por una Radiodifusión Democrática.

Além da pressão social, a entrada de Néstor e Cristina Kirchner na disputa por um novo marco regulatório da radiodifusão argentina foi decisivo. No segundo capítulo, são abordadas brevemente algumas estratégias e linhas de atuação que contribuíram para impulsionar a elaboração e a aprovação, em 2009, da chamada *Ley de Medios*, dentre as quais vale destacar o debate acerca da exibição das partidas de futebol, da produção de papel jornal e uma constante alusão à ditadura militar como um mal diretamente relacionado à concentração dos meios de comunicação.

Já no Brasil, apesar de a legislação vigente ter sido elaborada na Assembleia Constituinte de 1988, durante o processo de redemocratização, a falta de uma regulamentação adequada faz com que os oligopólios midiáticos e a grande influência do capital estrangeiro, consolidados no período da ditadura militar, ainda sejam uma realidade marcante. O Capítulo 3 traça um panorama dos movimentos que se articularam desde 1988 até a realização da 1ª Confecom, em 2009, com particular ênfase a partir de 2001, na rearticulação do FNDC.

Em contraposição ao cenário argentino, a comunicação não estava na pauta oficial do Governo Lula, eleito em 2002 e reeleito em 2006. Foi necessária uma pressão social importante, para que a Presidência aceitasse o desafio de superar

o tabu da liberdade de expressão e debatesse minimamente princípios norteadores para um novo marco regulatório de comunicação.

Esta falta de pré-disposição governamental, aliada à própria conjuntura dos movimentos pela democratização da comunicação, são algumas das razões identificadas para explicar o fato de que, até hoje, a grande disputa que se deu no Brasil foi mais pela criação de um espaço público de debate e menos pelos moldes a partir dos quais deverá se dar um novo marco regulatório da Comunicação, fase em parte superada pela Argentina.

Apesar da frustração gerada pelas limitações deste primeiro espaço de debate, a simples realização de uma mobilização realmente nacional, com inserção em todas as regiões do país e uma descentralização das capitais e uma capacidade de diálogo com movimentos articulados para além da pauta específica da comunicação, constituiu o que algumas entidades apontam como saldo organizativo da Confecom. Sem dúvidas, em 2011, é possível afirmar que o cenário é mais propício para o debate de um novo sistema brasileiro de radiodifusão e telecomunicações.

O panorama fica ainda mais otimista quando a análise não se restringe apenas ao contexto brasileiro ou argentino, mas a variadas experiências latino-americanas levadas a cabo, cada qual com suas peculiaridades. Uruguai, Equador, Venezuela e Bolívia são alguns dos países junto aos quais poderia ser interessante continuar um aprofundamento deste estudo.

A partir dessas análises, aliás, vários pontos ainda mereceriam maior aprofundamento. Tentarei enumerar alguns:

- 1) *A diferente forma de envolvimento das instituições de ensino.* Na Argentina, os relatos mostram que as universidades se constituíram não apenas como espaço de fomento para debates, mas também como atores sociais

de posicionamento⁵¹ e atuação fundamentais. Já no Brasil, apesar do envolvimento de alguns atores específicos, a partir de uma breve análise nota-se que tradicionalmente o debate da democratização da comunicação nas universidades costuma ser pautado por setores do movimento estudantil, por meio de suas entidades representativas, coletivos autônomos e grupos de pesquisa, mas raramente de forma institucional, como foi observado na Argentina.

- 2) *A construção dos diferentes discursos sobre o papel da mobilização popular na história do Brasil e da Argentina.* A linha de raciocínio iniciada no Capítulo 2, de acordo com a qual os discursos e relatos brasileiros acerca dos processos de transformação social tendem a valorizar a atuação institucional, frente à mobilização popular, enquanto na Argentina ocorre o contrário, merece certamente um estudo mais aprofundado e menos intuitivo. Caso levada adiante, essa hipótese pode fornecer elementos interessantes à compreensão dos próprios processos históricos observados e construídos em cada sociedade.

- 3) *O distanciamento do Brasil frente à América Latina de uma forma geral.* Ao realizar as entrevistas e percorrer a literatura estudada, chama a atenção o fato de que para os argentinos a inserção de seu país no contexto latino-americano, por meio dos processos vivenciados, é muito mais automática do que para os brasileiros. Um exemplo claro surgiu durante a aplicação dos questionários, durante as entrevistas realizadas. A última pergunta prevista se referia à integração dos movimentos de comunicação locais aos movimentos da América Latina, de uma forma mais ampla. No caso dos entrevistados argentinos, não foi necessário formulá-la diretamente, pois a resposta já havia sido fornecida ao longo das demais perguntas. Já no caso dos entrevistados brasileiros, a resposta foi de que essa integração era mínima ou inexistente. Além disso, o fenômeno do “subimperialismo” brasileiro relatado por Galeano já em 1976, com

⁵¹ Damián Loretti (2011) e Néstor Busso (2011) relataram, por exemplo, que a Faculdade de Comunicação e Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires emitiram posicionamento público em defesa da revisão do marco regulatório da comunicação no país.

hipóteses reiteradas por Methol Ferré em 2006, e uma série de posturas recentemente adotadas pelo Brasil⁵² no contexto econômico e político da América Latina merecem uma análise mais aprofundada.

Por fim, mais do que responder a uma série de questões levantadas desde o início desta monografia, o saldo deste estudo pretende ser justamente o surgimento de novas questões. Espera-se, contudo, que as inquietações despertadas ampliem o horizonte no sentido de não mais olhar o Brasil, ou a Argentina, como casos isolados, mas sim como parte de um contexto muito mais amplo e repleto de semelhanças, que é a América Latina.

“No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reiventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é ‘enchido’ por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.”

Paulo Freire

“Utopía? Ella está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.”

Fernando Birri, por Eduardo Galeano

⁵² Em outubro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff se recusou a participar de reunião convocada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), acerca da construção da Usina de Belo Monte. Além disso, a intervenção brasileira em países como Peru, Bolívia e Venezuela, por meio de financiamentos do BNDES tem sido questionada por movimentos sociais locais, conforme mostram reportagens publicadas na BBC Brasil, no segundo semestre de 2011 (LISSARDY, 2011).

BIBLIOGRAFIA

BECERRA, Martín e MASTRINI, Guillermo. “El proceso de regulación democrática de la comunicación en Argentina”. Universidad de Buenos Aires. La Plata, Buenos Aires, Argentina, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. “Dicionário de Política”, tradução Carmen C. Varriale...[et al.]. 4ª edição, Volume dois. Editora Universidade de Brasília, Brasília, DF. 1992.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. “Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil”. Coleção *Questões Fundamentais da Comunicação*, Vol. 10. Editora Paulus, São Paulo, 2007.

BORDENAVE, Juan Diaz e PEREIRA, Adair Martins. “Estratégias de Ensino e Aprendizagem”, 18ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

BRANT, João. “TV Brasil: uma emissora cada vez menos pública”, *Observatório do Direito à Comunicação*, 27 de novembro de 2007.

BUSSO, Néstor e JAIMES, Diego (orgs.). “La Cocina de la Ley: El proceso de incidencia en la elaboración de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual en Argentina”. Farco - Foro Argentino de Radios Comunitarias, Buenos Aires, 2011.

CASTRO, Daniel. “TV de Lula faz um ano sem conteúdo, sinal e público”, *Folha de S. Paulo*, 24 de novembro de 2008.

DOIMO, Ana Maria. “A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70”. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1995.

FERNANDEZ, Felipe e SANTOS DA COSTA, Rogério. “A compatibilidade entre instituições em processos de integração e o discurso transformador dos governos de esquerda na América Latina: limites e possibilidades a partir de uma abordagem marxista das instituições internacionais.” Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010.

FERRE, Alberto Methol e METALLI, Alver. “A América Latina do século XXI”, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2006.

GALEANO, Eduardo. “As Veias Abertas da América Latina”, 45ª Edição, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2005.

HAJE Lara. “Comunicação, esfera pública e poder” in RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy (orgs.). “Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas”. Editora Paulus, São Paulo, 2007

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação. “Vozes silenciadas - A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito”. São Paulo, 2011.

LANATA, Jorge. “Argentinos”, Editora Vergara, Buenos Aires, 2003.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHR, Renata Mirandola. “Atores periféricos na sociedade civil – Redes e centralidades de organizações em São Paulo” in Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume 23, Nº. 68, outubro de 2008.

LIMA ROCHA, Bruno. “As eleições na Argentina e a nova legislação que regula a mídia no país.”

Coluna Mídia na Mira para o Jornal dos Trabalhadores da rádio da Rede Abraço-RS, Site Estratégia e Análise, em 21/10/2011a.

<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler01.php?idsecao=233f05082d99364ccf520b19901e48c9&&idtitulo=3162bc1c4ff36a4fc25a30ea7ad0a7d2>

LIMA ROCHA, Bruno. “A reeleição de Cristina Kirchner e a luta pela democratização da comunicação na Argentina.” Coluna Mídia na Mira para o Jornal dos Trabalhadores da rádio da Rede Abraço-RS, Site Estratégia e Análise, em 25/10/2011b.

<http://www.estrategiaeanalise.com.br/ler01.php?idsecao=233f05082d99364ccf520b19901e48c9&&idtitulo=1584f163a9258c4914d8ea8b05b4d73a>

LIMA, Venício. “Conseguirá Cristina fazer o que Lula não fez?”. *Observatório da Imprensa*, em 17 de março de 2009.

LISSARDY, Gerardo. “BNDES impulsiona maior presença brasileira na América Latina”, *BBC Brasil*, Brasil, 9 de novembro de 2011.

LÖWY, Michael. “A esquerda na França e na América Latina”. *Esquerda.Net*, Lisboa, 20 de dezembro de 2007.

MATSUURA, Sérgio. “Tereza Cruvinel avalia o primeiro ano da EBC e fala sobre 2009”, *Comunique-se*, 26 de novembro de 2008.

MELUCCI, Alberto. “Um novo objetivo para os movimentos sociais?”. Lua Nova, São Paulo, nº 19, 1989.

_____ “Challenging Codes: Collective action in the information age”. Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

_____ “Acción colectiva, vida cotidiana y democracia”. El Colegio de México, Centros de Estudios Sociológicos, México, 2002.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. “Comunicação e Sociedade Civil: Interfaces e Agendas” in Revista Compólitica, Nº. 1, Volume 1, Edição março-abril. Compólitica, Rio de Janeiro, 2011.

MOCHKOFSKY, Graciela. “Pecado Original – Clarín, los Kirchner y la Lucha por el Poder”. Coleção Espejo de la Argentina. Editora Planeta, Buenos Aires, 2011.

MORAES, Dênis de. “Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios”. Editora Pão e Rosas, Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA GOMES, Gislene. “Las Hormigas de Macondo: contrahegemonía y políticas de comunicación comunitaria en Argentina, Brasil y Venezuela.” Tese de doutorado. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), México, 2011.

NOVARO, Marcos. “Historia de la Argentina. 1955–2010”, Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 2010.

PENNA DE CASTRO, Camila. “Protesto Social no Brasil e na Argentina: um Estudo dos Repertórios de Ação Coletiva entre 2000 e 2005.” Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. “Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária”. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PIETRICOVSKY CARDOSO, Raul. “A Ocupação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a Formação do Movimento Fora Arruda”. Monografia de Graduação, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. “Formação do Brasil Contemporâneo: colônia”. 12ª Edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1972.

RAMOS, Murilo César. “Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil.” in RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy (orgs.). “Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas”. Editora Paulus, São Paulo, 2007.

RUIZ, Enrique Sánchez. “Industrias culturales, diversidad y pluralismo en América Latina”. *Global Media Journal* (em espanhol), Iteso, volume 4, Nº. 7, México, 2007.

SCALON, Maria Celi. “Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências”. Editora Revan, Rio de Janeiro, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. “O Socialismo do século XXI”. *Carta Maior*, 24 de maio de 2007.

_____ “Latinoamerica bipolar” (entrevista a Raphael Hoetmer). *Lavaca*, Buenos Aires, 2 de junho de 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. "História da imprensa no Brasil". 4a Edição, Editora Mauad, Rio de Janeiro, 1999.

SVAMPA, Maristella e PEREYRA, Sebastián. "Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras", Editorial Biblos Sociedad, Buenos Aires 2009.

TARROW, Sidney. "El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política". Alianza Editorial, Madrid, 1997.

TARROW, Sidney. "Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político". Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2009.

TOURAINÉ, Alain. "O retorno do ator: ensaio sobre sociologia". Ediotra Piaget, Lisboa, 1996.

FILMOGRAFIA

BLAUSTEIN, Eduardo e DAICICH, Osvaldo. "La Cocina – En el medio hay una ley", Argentina, 2011.

ESCOBAR, Patricio e FINVARB, Damián. "La Crisis Causó Dos Nuevas Muertes", Argentina, 2007.

EKMAN, Pedro. "Levante Sua Voz", Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação, Brasil, 2009.

KLEIN, Naomi e LEWIS, Avi. "The Take", Canada, 2004.

SAPIR, Esteban. "La Antena", Argentina, 2007.

SOLANAS, Fernando. "Memoria del Saqueo", Argentina, 2004.

TENDLER, Silvio. "Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá", Brasil, 2007.

DOCUMENTOS

Lei de Comunicação e Serviços Audiovisuais da Argentina (26.522/09). Disponível em <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>.

Manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) sobre o PL do Senado 175/2001 – 100% de capital estrangeiro na TV a Cabo", de 02/12/2001. Disponível em <http://www.fndc.org.br/>.

PNUD – “Relatório do Desenvolvimento Humano na América Latina e no Caribe”, Organização das Nações Unidas, 2010.

Relatório “Seminário Pós-Confecom - Uma contribuição ao debate sobre propostas e ações prioritárias”. Evento realizado em 01/07/2010 na Câmara dos Deputados.

UNESCO – “Relatório McBride – Um só Mundo, Múltiplas Vozes”, Organização das Nações Unidas, 1980.

ENTREVISTAS

BIZERRA, Cecília. Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação. Novembro, 2011.

LORETTI, Damián. Universidad de Buenos Aires. Outubro, 2011.

SÓTER, José. Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. Novembro, 2011.

TORNERO, Rodrigo. Rádio Comunitária La Tribu. Outubro, 2011.

VALENTE, Jonas. Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação. Novembro, 2011.

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

BRASIL

- Quando se iniciou a articulação do movimento pela democratização da comunicação no Brasil?
- Avaliação desde 2001.
- Como foi o processo que levou à I Confecom?
- Como se deu a participação social nesse processo?
- Que entidades tomaram a frente?
- Você representa alguma entidade? Se sim, como foi a participação da sua entidade? Se não, como foi a sua participação individual?
- Como você avalia a amplitude do debate na sociedade?
- Era um objetivo ampliar o debate? Que estratégias foram adotadas para que esse debate se ampliasse?
- Que pautas você acredita que hoje estão em constante debate no país? A Comunicação está entre elas? Por que?
- Quais os resultados observados a partir da I Confecom, como está a aplicação das propostas aprovadas?
- Como está a aplicação das propostas aprovadas?
- Como é a integração do movimento de comunicação nacional ao continente?

ARGENTINA

- Quando se iniciou a articulação do movimento pela democratização da comunicação na Argentina?
- Que fatores levaram a essa articulação?
- Quem tomou a frente do processo pela mudança no Marco Regulatório da Comunicação e a Ley de Medios?
- Como se deu o envolvimento popular, tanto dos movimentos sociais como da sociedade de uma forma mais ampla, no processo?
- Como elementos histórico-culturais (futebol, ditadura e outros) refletem a mobilização popular pela Ley de Medios?
- Como foi o envolvimento governamental na elaboração e na aprovação da *Ley de Medios*?
- Qual a análise sobre a aplicação das conquistas obtidas?
- Como é a integração do movimento de comunicação nacional ao continente?